

**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFAAT
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

ADRIANNE BERNARDO DOS SANTOS

**ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS APLICADA EM
ENTIDADES PÚBLICAS**

ATIBAIA, SP

2021

ADRIANNE BERNARDO DOS SANTOS

**ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS APLICADA EM
ENTIDADES PÚBLICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Centro Universitário UNIFAAT, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel em Administração de Empresas, sob orientação do Prof. Me. Antonio César Piovesana.

ATIBAIA, SP

2021

Santos, Adriane Bernardo dos
S233a Análise de demonstrações financeiras aplicada em entidades públicas. /
Adriane Bernardo dos Santos, - 2021.
33 f.; 30 cm.

Orientação: Antônio Cesar Piovesana

Trabalho de conclusão de curso (Graduação), como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Administração do Centro
Universitário UNIFAAT, 2021.

1. Indicadores 2. Demonstrações financeiras 3. Gestão pública 4.
Acompanhamento I. Santos, Adriane Bernardo dos II. Piovesana,
Antônio Cesar III. Título

CDD 352.357

Ficha elaborada por Aline de Freitas - CRB8 8860

**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFAAT
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ADRIANNE BERNARDO DOS SANTOS

**ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS APLICADA EM
ENTIDADES PÚBLICAS**

NOTA: _____ (_____)

ATIBAIA, _____.

**PROF. ME. ANTONIO CÉSAR PIOVESANA
PROFESSOR ORIENTADOR**

*A todos aqueles que observaram de perto
o esforço que eu acreditava ser em vão, a
minha perda temporária de sanidade, e
que mesmo assim ainda acreditam na
minha capacidade de voar.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar o privilégio de enfrentar tantos desafios necessários para o meu crescimento pessoal e profissional e por me dar força e acreditar em mim quando eu já não era capaz.

Aos meus pais e à minha irmã, que me proporcionaram o tempo, o amor, cuidado e a motivação necessárias para que eu pudesse chegar até aqui.

Aos meus colegas e amigos, em especial Claudia Santos e Mauricio Alves, por fazerem dos meus dias mais leves, à Aline Oliveira por ser a minha luz em meio à escuridão, e ao Isaac Vidal, que se localiza do outro lado do oceano, mas sempre traz à tona a melhor versão de mim mesma.

Ao meu orientador e professor, Antonio Piovesana, por me colocar no caminho certo do início ao fim desse projeto e por ser inspiração como pessoa e como mestre.

E agradeço a mim mesma, por não desistir.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo evidenciar como a análise através de indicadores econômicos, financeiros e patrimoniais é relevante na prática para instrumentalizar e qualificar o processo de planejamento, acompanhamento e de tomada de decisão, e com isso atender seus diferentes públicos: internos nos procedimentos gerenciais e externos interessados no desempenho da organização. Especificamente nessa pesquisa, aborda-se este processo de análise por indicadores correlacionados e desenvolvidos como medidas de desempenho da gestão de entidades públicas (1º setor da economia). Para tanto, através de uma pesquisa bibliográfica são apresentados os procedimentos legais e contábeis básicos aplicados a gestão de entidades públicas, seus relatórios contábeis-financeiros, e alguns dos quocientes mais utilizados. Complementa o estudo, um exemplo real de aplicação dos indicadores a partir das demonstrações financeiras que foram atualizadas para 31.12.2020, de forma a permite realizar uma breve análise e mostrar que este processo de análise das demonstrações financeiras é uma ferramenta relevante para tomada de decisões por parte dos gestores como também para acompanhamento por quaisquer interessados.

Palavras-chave: Indicadores, demonstrações financeiras, gestão pública, acompanhamento.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quocientes e fórmulas que podem ser utilizados na análise do balanço orçamentário.....	18
Quadro 2: Quocientes e fórmulas que podem ser utilizados na análise do balanço financeiro.....	20
Quadro 3: Quocientes e fórmulas que podem ser utilizados na análise do balanço patrimonial.....	21
Quadro 4: Quociente que pode ser utilizado na análise da demonstração da variação patrimonial.....	22
Quadro 5: Valores extraídos das demonstrações dos anos de 2018 a 2020 da capital de São Paulo.....	24
Quadro 6: Valores com correção monetária aplicada até a data de 31 de dezembro de 2020.....	25
Quadro 7: Quocientes obtidos através das fórmulas aplicadas nas demonstrações públicas.....	25

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 – GESTÃO E CONTABILIDADE PÚBLICAS.....	13
1.1 A Gestão Pública	13
1.2 Contabilidade Pública	14
1.3 A Lei de Responsabilidade Fiscal e as demonstrações contábeis	15
2 – PROCESSO DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DAS ENTIDADES PÚBLICAS	17
2.1 Balanço orçamentário	17
2.2 Balanço financeiro	19
2.3 Balanço Patrimonial	20
2.4 Demonstrações das Variações Patrimoniais	21
3 – ESTUDO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	23
3.1 Apresentação dos dados para análise com base nas demonstrações da capital de São Paulo	23
3.2 Análise dos resultados dos indicadores da capital de São Paulo	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS.....	31
ANEXOS	
ANEXO A.....	34
ANEXO B.....	37
ANEXO C.....	40
ANEXO D.....	43
ANEXO E.....	44
ANEXO F.....	45
ANEXO G.....	46

ANEXO H.....	48
ANEXO I.....	50
ANEXO J.....	52
ANEXO L.....	54
ANEXO M.....	56

INTRODUÇÃO

É notável que, seja qual for o tamanho da organização ou seu segmento, seja ela do primeiro setor da economia ou privada, o gerenciamento eficaz dos recursos, o acompanhamento e o monitoramento de todas as movimentações e processos que geram e modificam o fluxo monetário e patrimonial, e que tem impacto significativo nos resultados, são itens essenciais para o sucesso e a sobrevivência dela como um todo da entidade. Para tanto, observa-se necessária a utilização de instrumentos que deem suporte para a análise do uso de recursos, dos resultados e para a tomada de decisão. Essas são cada vez mais indispensáveis tendo em vista o quão complexo uma organização pode ser e se tornar de modo a alcançar seus objetivos.

Ao longo do tempo, as organizações públicas sentiram com mais firmeza essa necessidade de utilizarem meios para uma alocação de recursos de maneira mais eficiente e melhor gerenciamento, como as já utilizadas pelo setor privado. A implementação do planejamento orçamentário trouxe consigo a adoção de indicadores para o controle do desempenho e cumprimento da legislação quanto ao manejo e fiscalização visando uma maior transparência do setor público sobre o destino dos recursos (AMORIM, 2008).

Mais detalhadamente, Costa e Castanhar (2003, p. 972) explicam que:

Uma vez que o poder público passa a delegar a agências autônomas e empresas privadas a execução de seus serviços, cresce a necessidade de avaliação. De fato, a desestatização dos serviços públicos e a crescente autonomia conferida às agências públicas, exigindo a adoção de formas de definição de desempenho em contrato, baseadas na prévia definição de indicadores e medidas de sucesso, impõe à administração pública a necessidade de desenvolver instrumentos e metodologias de avaliação, ágeis e de baixo custo, capazes de oferecer aos dirigentes bases mais sólidas para a tomada de decisões em matéria de políticas públicas e à sociedade em geral uma apreciação mais precisa sobre o desempenho de tais agências. A avaliação de resultados passa a ser, portanto, pedra fundamental na sustentação da reforma do Estado.

Dessa forma, a Análise de Demonstrações Financeiras vem como um importante meio capaz de auxiliar nesses diversos problemas o gestor, cuja responsabilidade é de orquestrar e aplicar diferentes recursos ao mesmo tempo, de maneira transparente. Mas não apenas aos gestores de entidades públicas, como também aos interessados e ao público geral os resultados governamentais auferidos

em um determinado período em comparação a períodos anteriores, demonstrar o desenvolvimento da gestão e os descumprimentos de disposições legais e, a partir destas observações, utilizar das informações apuradas para a tomada de decisão por parte dos responsáveis.

Desenvolvida com mais afinco através do surgimento dos Bancos Governamentais como uma forma de verificar a situação econômico-financeira das organizações com interesse em empréstimos, a análise das demonstrações financeiras se torna obrigatória em 1915 nos Estados Unidos da América quando o Banco Central determina que o redesconto de títulos negociados por empresas só seria possível àquelas que apresentassem seu balanço às instituições financeiras, critério esse que impulsionou o uso das demonstrações para as concessões de crédito (MARION, 1998; MATARAZZO, 2003).

Sabe-se que as entidades públicas têm por objetivo de existência prestar serviço à sociedade através da captação dos recursos dela advinda. No Brasil, a contabilidade pública, em geral, passa por mudanças significativas para que se adeque aos padrões internacionais. Um dos primeiros marcos importantes para essa mudança foi a reprodução da Lei n.º 4 320/64 que veio para estabelecer os critérios de padronização e controle das contas públicas junto à edição da Lei Complementar n.º 101/2002 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — que estipula e delimita o teto das despesas públicas, operações de crédito e limite para pagamento de pessoal, por exemplo (BRASIL, 2021). Isso ressalta ainda mais a importância de o gestor público atuar de forma lógica e transparente e de apresentar aos “clientes” dos setores públicos a serventia da distribuição de recursos, seguindo rigidamente os critérios estabelecidos pela Legislação — item que também difere entidades públicas das privadas.

O gestor deve ter a expertise para alocar de maneira correta a verba captada, com vistas ao melhor para a população. Dessa forma, deve se utilizar para a tomada de decisões as informações fornecidas pelos departamentos fiscais, financeiros, e especialmente os contábeis para que se possa realizar a Análise das Demonstrações Financeiras, pois, as demonstrações apresentadas por si só não permitem chegar nesse resultado.

A escolha do tema é justificada em razão da análise de demonstrações contábeis e financeiras ser largamente utilizada, principalmente nos setores privados, pela necessidade dos gestores, diretores, sócios e usuários internos e externos,

verificarem a situação econômica, financeira e rentável de determinadas organizações. Os indicadores contábeis/ financeiros utilizados nessa análise auxiliam na coleta de dados quantitativos que, ao serem analisados em conjunto com fatores não quantitativos — tendências políticas e econômicas, por exemplo — orientam tomadas de decisões mais assertivas.

Também demonstra ser importante para a tomada de decisão através da demonstração da capacidade financeira da organização pela análise dos demonstrativos, com o objetivo de não comprometer o desempenho, reduzir possíveis riscos, tanto financeiros quanto econômicos, e para o planejamento da utilização dos recursos empregados (RITTA E CORREIA, 2017).

A pertinência de se estudar a aplicação da análise de indicadores em demonstrações públicas é então evidenciada, para trazer as seguintes questões de pesquisa: de que maneira essa análise de indicadores é relevante, na prática, para dar suporte às tomadas de decisão, bem como informações mais concisas tanto para os responsáveis quanto para a população? E como a não utilização pode ocasionar em erros no planejamento, nos gastos orçamentários e, conseqüentemente, mobilização de todos os demais envolvidos?

Desse modo, essa pesquisa tem o objetivo discutir a utilização de indicadores de análise de demonstrações contábeis públicas.

Para o desenvolvimento do presente trabalho, serão utilizadas fontes de pesquisa bibliográficas, abrangendo livros e publicações acerca de todo o tema estudado e também será utilizada a pesquisa documental que, diferente da pesquisa bibliográfica, utiliza-se de documentos dispersos e sem tratamento analítico, mas que possuem uma quantidade significativa de informação (GIL, 2002; LAKATOS, 2003).

Para fins de embasamento, serão apresentados os conceitos das principais características que norteiam a Análise de Demonstrações Financeiras, como o que definimos como Gestão e Contabilidade Públicas. Além disso, a legislação que norteia as demonstrações públicas, suas características e a Lei de Responsabilidade Fiscal também são itens que devem ser abordados pela sua essencialidade na administração pública.

Através da apresentação dos principais indicadores desenvolvidos por autores para a análise específica das demonstrações públicas, será apresentada uma breve análise de resultados obtidos pelos quocientes aplicados em uma entidade pública na realidade e a forma como os resultados obtidos podem ser interpretados. Realizadas

as análises das demonstrações contábeis previstas na Lei n.º 4 320/64, pode-se ter uma melhor visão das aplicações dos recursos e tornar passível a visualização de falhas para correção e otimização do resultado, bem como para verificar os possíveis impactos da utilização dos resultados dos cálculos dos quocientes das demonstrações para o planejamento dos gastos públicos.

O trabalho encontra-se dividido em três partes principais. Após esta introdução, que evidencia a problemática, justificativa, os objetivos e a metodologia, a parte seguinte tratará dos principais conceitos de contabilidade e gestão pública, como mencionado acima. A parte dois apresentará alguns dos principais indicadores passíveis de serem utilizados para o cálculo dos quocientes. Na parte três será apresentado um exemplo real do cálculo dos indicadores. Finalizando, as considerações finais, as referências que embasaram a pesquisa e os anexos necessários para agregação adicional de conhecimento acerca do tema.

1 – GESTÃO E CONTABILIDADE PÚBLICAS

Tendo em mente que a gestão das empresas privadas é diferente do gerenciamento das entidades públicas como estrutura, objetivos e desafios para atingir suas metas específicas, é necessário que sejam abordadas as características que fazem da administração pública, em geral, mais rigorosa e a necessidade de os gestores serem aptos para lidar com os recursos e as despesas conforme estabelecido pela Legislação e visando o melhor para a população.

1.1 A Gestão Pública

Pode-se definir a Gestão Pública como o conjunto de órgãos, setores, serviços e agentes que tem por objetivo realizar o gerenciamento de diversas partes do corpo social através de ações que fazem parte das funções administrativas das entidades públicas.

Pelo ponto de vista de Meirelles (2005, p. 64), a Administração Pública, “em sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos para a consecução dos objetivos do Governo; em sentido material é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos, em geral [...]”

Mello (1979) complementa esse conceito resumindo que administrar significa gerir os serviços públicos, mas não apenas se limitar à prestação de serviços, como também acompanhar e orientar com o intuito de que o resultado seja satisfatório e conveniente.

É importante destacar a diferença entre a Administração Pública e a Administração Privada. A Administração Pública só atua conforme os critérios estabelecidos pela legislação, não havendo autonomia, enquanto que na administração privada, além da independência, é concedida a realização de toda e qualquer ação que não seja impedida mediante a lei (MEIRELLES, 2005).

Dessa forma, o gestor público, além de se atentar ao cumprimento da legislação, deve também ser capaz de executar análises e realizar diagnósticos de

forma constante para que sejam compreendidos os pontos aos quais devem ser destinados mais recursos monetários e como é possível otimizar o uso dos mesmos.

O gestor precisa também manter a população informada quanto ao funcionamento desse processo e o que está sendo feito para atender as reais necessidades. Ou seja, cabe a ele a correta aplicação dos recursos tendo como objetivo o bem-estar da sociedade, respeitando a soberania da dimensão do interesse público em relação ao privado.

Para esse feito, poderá o gestor público, assim como o de uma organização privada, verificar e avaliar a aplicação dos recursos através da análise de quocientes/indicadores pelas demonstrações elaboradas pela contabilidade, como descrito a seguir.

1.2 Contabilidade Pública

Toda organização conta com uma área específica de sua parte administrativa que é responsável por lidar com o patrimônio e suas variações, com a escrituração dos diferentes fatos de origem econômica e financeira que venham a acontecer no decorrer do tempo.

Nas palavras de Marion e Ribeiro (2017, p.15):

[...] a contabilidade geral possibilita o controle da movimentação do patrimônio com o objetivo de fornecer, por meio de relatórios, informações acerca da gestão do patrimônio, principalmente aos usuários externos. Para que esses relatórios mereçam fé a favor da organização, devem ser elaborados com base na escrituração contábil oficial e fundamentados em determinações legais e oficiais, não contemplando informações de natureza operacional, que interessam somente aos usuários internos da organização.

Nos setores públicos, a Contabilidade se conceitua mais especificamente na aplicação das normas contábeis na gestão orçamentária, financeira e patrimonial e na apresentação das informações de forma clara, com transparência e acessibilidade para toda a sociedade sobre o gerenciamento e todas as suas alterações recorrentes (LIMA E CASTRO, 2000).

Dessa forma, é importante destacar que a Contabilidade Pública, além de elaborar os relatórios contábeis, atua como uma ferramenta de controle para suporte dos gestores, que através delas verificam a veracidade do que está sendo realizado, com base na legislação e oferecendo a devida transparência de todas as movimentações, e tomadas de decisão para conhecimento da sociedade.

Nos artigos 83 e 85 da Lei n.º 4 320/64, é descrito que é função da Contabilidade apresentar a situação das entidades públicas, organizada de forma a permitir o acompanhamento da execução orçamentária, a formação patrimonial, o levantamento das demonstrações contábeis bem como a interpretação e análise dos resultados.

Os relatórios contábeis exigidos da Contabilidade pela legislação são aqueles dispostos pela Lei Federal n.º 4 320/64: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais. É através deles que os atos dos gestores públicos são captados e evidenciados.

1.3 A Lei de Responsabilidade Fiscal e as demonstrações contábeis

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — Lei Complementar n.º 101 de 04/05/2000 — foi elaborada com o objetivo de estabelecer os critérios a serem seguidos com relação aos gastos públicos de cada ente federativo (estados e municípios) do país. Em outras palavras, é uma lei que tem como objetivo impor controle sobre gastos realizados pelas entidades públicas, sendo esses condicionados às suas capacidades de arrecadação de tributos.

Mais detalhadamente, Azevedo (2013) explica que a LRF é importante por limitar os gestores em péssimas tomadas de decisões com relação aos gastos públicos. Ela implementou diversas regras a serem seguidas pelos gestores como o planejamento público com base em ações transparentes com os recursos públicos, o equilíbrio das contas públicas — um teto de gasto baseado no total de arrecadações — conceituando-se como “equilíbrio orçamentário autossustentável”, o controle do endividamento da entidade, bem como limites para com gastos de pessoal e correlatos.

Junto à LRF surge a entrada da informatização por parte dos controles externos exercidos pelo Tribunal de Contas, necessária para que a introdução de uma gestão eficiente que atendesse aos critérios estabelecidos pela legislação fosse bem sucedida.

No que tange o artigo primeiro da Lei Complementar N. 709 do Estado de São Paulo:

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, órgão destinado à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e de seus Municípios, auxiliar do Poder Legislativo no controle externo, tem sua sede na cidade de São Paulo e jurisdição em todo o território estadual.

Assim, é plausível que pela necessidade de esclarecer as atividades exercidas pela gestão pública conforme a legislação e para maior transparência e nitidez às ações governamentais, a análise dos relatórios seja de extrema relevância não apenas para controle interno como também para o cumprimento das exigências do Tribunal de Contas quanto às movimentações, como também para não exceder o determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Após essa breve abordagem dos conceitos de Contabilidade e Gestão bem como as principais bases legislativas das demonstrações financeiras contábeis, será apresentado como é o processo de análise e alguns dos indicativos mais relevantes utilizados de forma objetiva.

2 – PROCESSO DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

A análise das demonstrações financeiras — também conhecida de forma sintetizada com análise de balanços — tem início com os relatórios financeiros e contábeis onde serão levantados os dados necessários para que sejam ajustados e adequados para o cálculo dos quocientes e índices para enfim serem interpretados.

É importante ressaltar que, conforme Ribeiro (1997) explica, o gestor não é nenhum tipo de adivinho do futuro. É com base em sua expertise e conhecimento que ele analisará os dados e aplicará as fórmulas de modo a tirar conclusões do presente com base no passado — desempenho de períodos passados — para futuras projeções.

Por isso é reforçada a importância de o gestor estar apto a avaliar todos os dados e informações necessárias e, através da análise de demonstrações financeiras, tomar decisões mais conscientes quanto ao uso dos recursos públicos e interesses daquelas a quem os recursos são destinados, bem como apresentar essas informações e como todo o processo é feito de maneira clara e simplificada para a sociedade.

Sendo assim, será visto a seguir uma breve descrição das demonstrações públicas, que possuem suas particularidades se comparadas às demonstrações das instituições privadas e com base na Legislação responsável pela definição das mesmas, e algumas fórmulas que podem ser utilizadas para serem levantados os quocientes para as devidas análises.

2.1 Balanço orçamentário

O balanço orçamentário é uma demonstração contábil onde estão listadas as receitas previstas em confronto com as realizadas, tal como as despesas previstas e fixas com as realizadas. A partir dessa comparação é possível verificar o resultado orçamentário do exercício financeiro.

O artigo 102 da Lei Federal 4.320/64 define que “O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.”

O Balanço Orçamentário deve ser elaborado obedecendo-se a um modelo, agregado à Lei Federal nº4.320/64, como Anexo nº 12, sendo em realidade um quadro onde se resume a receita do exercício, à nível de fonte, e a despesa a nível de créditos orçamentários e suplementares globais, em termos de previsão e fixação respectivamente, e de execução, ou seja, o quanto foi realizado, apresentando a seguir a diferença entre ambas (KOHAMA, 2006, p. 257).

O quadro 1 demonstra os quocientes que podem ser utilizados para análise do balanço orçamentário, segundo Kohama (2006, p. 144-148):

Quadro 1: Quocientes e fórmulas que podem ser utilizadas na análise do balanço orçamentário.

QUOCIENTES	FÓRMULAS
Execução da Receita	Receita Executada ÷ Receita Prevista
Entendendo os resultados: 1 = Receita executada é igual à receita prevista; >1 = Receita executada é maior do que a prevista (excesso de arrecadação); <1 = Receita executada é menor do que a prevista (Falta de arrecadação).	
QUOCIENTE	FÓRMULA
Equilíbrio Orçamentário	Despesa Fixada ÷ Receita Prevista
Entendo os resultados: 1 = Despesa fixada é igual à receita prevista; >1 = Despesa fixada maior do que a receita prevista, a diferença representando o montante de Créditos Adicionais Abertos; <1 = A despesa fixada é menor do que a receita prevista. Apesar de dificilmente ocorrer, pode representar que a Lei de Orçamento foi apresentada como “superávit” e não como equilíbrio.	
QUOCIENTE	FÓRMULA
Execução da Despesa	Despesa Executada ÷ Despesa Fixada
Entendendo os resultados: 1 = Despesa executada é igual à despesa fixada; >1 = Despesa executada é maior do que a fixada (jamais poderia ocorrer pois toda a dotação orçamentária tem autorização legal prévia, sendo aquelas sem autorização inexistentes); <1 = Despesa executada menor do que a fixada (a diferença representa a economia orçamentária).	
QUOCIENTE	FÓRMULA
Resultado Orçamentário	Receita Executada ÷ Despesa Executada
Entendendo os resultados: 1 = Receita executada é igual à despesa executada; >1 = Receita executada é maior do que a despesa executada (há nesse caso o superávit orçamentário)	

<1 = Receita executada é menor do que a despesa executada (há nesse caso o déficit orçamentário).

Fonte: Adaptado de Kohama, 2006.

Como citado, o Balanço Orçamentário evidencia o resultado do que foi previsto e realizado com relação às receitas e despesas. É de grande utilidade para o suporte no controle e tomada de decisão da Administração, assim como aos órgãos fiscalizadores e à população como forma de verificar a aplicação dos recursos públicos e o desempenho das atividades executadas.

2.2 Balanço financeiro

O Balanço Financeiro é uma demonstração em que são confrontadas as receitas e despesas orçamentárias em conjunto com os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária – receitas e despesas que não são consideradas no orçamento.

Mais claramente, Kohama (2006, p. 264) elucida o Balanço Orçamentário da seguinte maneira:

Observe que, como acontece nas figuras de ficção, o balanço financeiro poderia ser representado como um grande cofre, onde no início do exercício sabemos quanto está nele guardado (caixa/bancos) e disponível; na movimentação dinâmica, tudo o que entrar em numerário ou depósito bancário será considerado Receita, quer de origem orçamentária, quer de origem não orçamentária, sendo acrescido aos valores já existentes no cofre; ao contrário, também por força da movimentação dinâmica, tudo o que for retirado do cofre em numerário ou saque bancário será considerado Despesa e pode ser de origem orçamentária ou extraorçamentária, sendo deduzido dos valores existentes no cofre. Fatalmente, registrando-se todas essas movimentações teremos a seguinte situação: Saldo inicial (anterior) + entradas (receitas) – saídas (despesas) = saldo existente (atual).

Nesse balanço devem ser demonstrados os movimentos, ou seja, a soma do que foi realizado, e não o saldo. O resultado obtido pela análise das demonstrações financeiras é apurado pela comparação entre o disponível do exercício atual com o disponível do exercício anterior.

Pode-se realizar a análise do balanço financeiro através dos quocientes demonstrados no quadro 2, conforme Kohama (2006, p. 158-165):

Quadro 2: Quocientes e fórmulas que podem ser utilizadas na análise do balanço financeiro.

QUOCIENTES	FÓRMULAS
Resultado da Execução Financeira	Receita (orçamentaria + extra orçamentária) ÷ Despesa (orçamentária + extra orçamentaria)
Entendendo os resultados: 1 = Receita igual a despesa (há equilíbrio financeiro) >1 = Receita maior que a despesa (superávit financeiro) <1 = Receita menor que a despesa (déficit financeiro)	
QUOCIENTE	FÓRMULA
Resultado da Execução Extra - Orçamentária	Receita Extra orçamentária ÷ Despesa Extra orçamentaria
Entendo os resultados: 1 = Receita extra orçamentária igual à despesa extra orçamentária, demonstrando equilíbrio entre ambas; >1 = Receita extra orçamentária maior do que a despesa extra orçamentária, demonstrando recebimentos maiores que os pagamentos de ordem extra orçamentária <1 = Despesa extra orçamentária maior do que a receita extra orçamentária, representando recebimentos inferiores aos pagamentos de ordem extra orçamentária.	
QUOCIENTE	FÓRMULA
Resultado dos Saldos Financeiros	Saldo para o Exercício Seguinte ÷ Saldo do Exercício Anterior
Entendendo os resultados: 1 = Saldo que passa para o exercício seguinte é igual ao saldo do exercício anterior >1 = Saldo que passa para o exercício seguinte maior que o do exercício anterior (superávit financeiro) <1 = Saldo que passa para o exercício seguinte menor que o do exercício anterior (déficit financeiro)	

Fonte: Adaptado de Kohama, 2006

2.3 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é uma demonstração presente tanto nas organizações privadas quanto públicas, capaz de mostrar a situação patrimonial da entidade de forma quantitativa e qualitativa, sendo dividido em duas colunas: ativos e passivos.

Diferente do Balanço Patrimonial das entidades privadas, nas entidades públicas o ativo e o passivo são divididos em dois grupos: Financeiro e Permanente, tendo em consideração a dependência ou a recusa na autorização legislativa ou orçamentária para realização.

Conforme o disposto pelo artigo 105 da Lei Federal n.º 4.320/64, o Balanço Patrimonial apresentará dentre as colunas de ativo e passivo subdivisões nomeadas:

I – O Ativo Financeiro; II – O Ativo Permanente; III – O Passivo Financeiro; IV – O Passivo Permanente; V – O Saldo Patrimonial; e VI – As Contas de Compensação.

Analisar o Balanço Patrimonial tem por objetivo mostrar de forma numérica para interpretação como se encontra a gestão do patrimônio público, a liquidez e outros indicadores.

Vê-se a seguir (quadro 3) alguns quocientes que podem ser utilizados para evidenciar os resultados obtidos pelo balanço patrimonial, conforme Kohama (2006, p. 174-183):

Quadro 3: Quocientes e fórmulas que podem ser utilizadas na análise do balanço patrimonial.

QUOCIENTE	FÓRMULA
Situação Financeira	Ativo Financeiro ÷ Passivo Financeiro
Entendendo os resultados: 1 = Ativo financeiro igual ao passivo financeiro; >1 = Ativo financeiro maior que o passivo financeiro (superávit); <1 = Ativo financeiro menor que o passivo financeiro (déficit).	
QUOCIENTE	FÓRMULA
Situação Permanente	Ativo Permanente ÷ Passivo Permanente
Entendendo os resultados: 1 = Ativo Permanente é igual ao Passivo Permanente; >1 = Ativo Permanente é maior do que o Passivo Permanente, demonstrando um superávit na parte permanente do Balanço Patrimonial; <1 = Ativo Permanente é menor do que o Passivo Permanente, demonstrando um déficit na parte permanente do Balanço Patrimonial.	

Fonte: Adaptado de Kohama, 2006

2.4 Demonstrações das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais apresenta as alterações que ocorreram no patrimônio durante determinado exercício.

O artigo 104 da Lei n.º 4 320/64 dispõe que “A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indicará o resultado patrimonial do exercício” (BRASIL, 1964).

O MCASP (2021, p. 524) ainda define que:

Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

O Quadro 4 apresenta um quociente que pode ser utilizado para a análise das demonstrações das variações patrimoniais, ainda em conformidade com Kohama (2006, p. 196-204):

Quadro 4: Quociente que pode ser utilizado na análise da demonstração da variação patrimonial.

QUOCIENTE	FÓRMULA
Resultado das Mutações Patrimoniais	$\frac{\text{Mutação Patrimonial Ativa}}{\text{Mutação Patrimonial Passiva}}$
Entendendo os resultados: 1 = a mutação patrimonial ativa é igual a mutação patrimonial passiva; >1 = a mutação patrimonial do ativo foi superior à do passivo; <1 = a mutação patrimonial do ativo foi inferior à do passivo.	

Fonte: Adaptado de Kohama, 2006.

3 – ESTUDO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na prática, realizar a análise das demonstrações financeiras através de quocientes – ou indicadores – como foi escolhido para exemplificação, pode parecer desafiador, demonstrando que se exige um domínio prévio de conhecimento para tal. Contudo, no papel de gestores, será mostrado que através da apresentação intuitiva desses mesmos quocientes e da forma como as demonstrações são dispostas com base na Lei n.º 4 320/64 e no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), o processo se torna mais fácil, especialmente se considerado o suporte dos departamentos públicos.

Para a apresentação e breve estudo, serão utilizadas as demonstrações contábeis/financeiras da capital de São Paulo, entre os anos 2018, 2019 e 2020, que se encontram presentes ao final desse trabalho em forma de anexo.

É válido destacar que a atipicidade do ano de 2020, onde o país se encontrava em meio à uma pandemia, pode dar índices completamente fora do padrão comparado aos demais anos, que comprova não serem apenas itens financeiros, mas envolver também toda uma influência macroambiental que pode interferir nos resultados obtidos pela entidade.

3.1 Apresentação dos dados para análise com base nas demonstrações da capital de São Paulo

Os dados apresentados na tabela a seguir foram extraídos das demonstrações publicadas no portal da transparência da cidade de São Paulo conforme os anexos da Lei de n.º 4 320/64 e conforme anexados ao final desse trabalho, sendo eles: Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário e Demonstração das Variações Patrimoniais dos anos de 2018, 2019 e 2020, dispostos de acordo com as nomenclaturas apresentadas nas fórmulas expostas.

Quadro 5: Valores extraídos das demonstrações dos anos de 2018 a 2020 da capital de São Paulo.

	2018 (R\$)	2019 (R\$)	2020 (R\$)
Receita Executada	50.334.752.851,24	57.738.071.925,27	61.255.924.010,12
Receita Prevista	52.268.723.811,00	56.506.428.361,00	63.832.937.457,83
Despesa Executada (Paga)	37.734.727.675,26	40.709.975.011,06	43.075.141.467,71
Despesa Fixada	41.873.677.251,43	47.868.634.807,51	54.116.626.352,83
Receita Orçamentária	50.334.752.851,24	57.738.071.925,27	61.255.924.010,12
Despesa Orçamentária	39.960.529.897,94	44.051.398.100,66	48.448.810.818,40
Receita Extra Orçamentária	38.997.177.470,65	29.769.748.854,69	33.451.306.329,19
Despesa Extra Orçamentária	37.168.601.951,10	27.458.592.262,97	29.801.866.810,20
Saldo do Exercício Seguinte	11.071.323.665,65	16.526.817.153,08	21.945.190.199,90
Saldo do Exercício Anterior	9.026.897.642,59	11.071.323.665,65	16.526.817.153,08
Ativo Financeiro	11.238.452.687,14	16.718.659.719,52	22.158.586.041,73
Passivo Financeiro	6.286.250.206,01	8.148.233.806,32	10.733.206.009,49
Ativo Permanente	87.313.144.667,03	91.126.638.957,96	101.966.447.767,68
Passivo Permanente	55.203.079.354,99	53.718.104.974,94	54.327.665.866,56
Mutação Patrimonial Ativa	80.008.579.496,44	76.404.274.571,03	82.106.283.025,78
Mutação Patrimonial Passiva	92.399.322.054,67	66.643.522.098,18	72.282.052.879,50

Fonte: Portal da transparência da Prefeitura de São Paulo.

Para uma maior relevância dos valores obtidos, foi realizada a correção monetária – ou atualização monetária – com base no índice de inflação oficial do país, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para trazê-los à data de 31 de dezembro de 2020. Isso significa que foi realizada uma atualização dos valores do passado em valores do futuro com o intuito de mantê-los com o mesmo “poder de compra”.

Para realizar essa correção, verificou-se o valor do IPCA acumulado do ano de 2019 e 2020 para aplicarmos ao ano de 2018, e para a correção do ano de 2019 o IPCA do ano de 2020, com o intuito de, conforme dito, tornar todos os valores nominais em seus valores reais ao final do mesmo ano.

Com base nos dados apresentados pelo IBGE, em 2019 o índice acumulado do IPCA foi de 4,31%, enquanto que o de 2020 foi de 4,52%. Ao utilizar essas porcentagens nos valores coletados temos os valores atualizados conforme o quadro abaixo:

Quadro 6: Valores com correção monetária aplicada até a data de 31 de dezembro de 2020.

	2018 (R\$)	2019 (R\$)	2020 (R\$)
Receita Executada	54.873.847.712,86	60.347.832.776,29	61.255.924.010,12
Receita Prevista	56.985.877.869,74	59.060.518.922,92	63.832.937.457,83
Despesa Executada (Paga)	41.140.215.906,66	42.550.065.881,56	43.075.141.467,71
Despesa Fixada	45.652.697.900,86	50.032.297.100,81	54.116.626.352,83
Receita Orçamentária	54.877.369.666,73	60.347.832.776,29	61.255.924.010,12
Despesa Orçamentária	43.566.892.595,43	46.042.521.294,81	48.448.810.818,40
Receita Extra Orçamentária	42.516.599.422,68	31.115.341.502,92	33.451.306.329,19
Despesa Extra Orçamentária	40.522.998.400,22	28.699.720.633,26	29.801.866.810,20
Saldo do Exercício Seguinte	12.070.489.812,39	17.273.829.288,40	21.945.190.199,90
Saldo do Exercício Anterior	9.841.558.184,27	11.571.747.495,34	16.526.817.153,08
Ativo Financeiro	12.252.701.913,86	17.474.343.138,84	22.158.586.041,73
Passivo Financeiro	6.853.572.468,95	8.516.533.974,37	10.733.206.009,49
Ativo Permanente	95.192.991.824,52	95.245.563.038,86	101.966.447.767,68
Passivo Permanente	60.185.053.484,99	56.146.163.319,81	54.327.665.866,56
Mutação Patrimonial Ativa	87.229.203.379,86	79.857.747.781,64	82.106.283.025,78
Mutação Patrimonial Passiva	100.738.187.159,38	69.655.809.297,02	72.282.052.879,50

Fonte: Adaptação da autora dos dados coletados no Portal da Transparência da Prefeitura de São Paulo.

Após, com a aplicação dos conceitos e das fórmulas apresentadas nos quadros 1, 2, 3 e 4 em cima dos valores coletados nos relatórios contábeis da capital de São Paulo e atualizados conforme o quadro 6, foram obtidos os seguintes resultados organizados conforme estrutura apresentada anteriormente:

Quadro 7: Quocientes obtidos através das fórmulas para demonstrações públicas.

Balanco Orçamentário			
	2018	2019	2020
Execução da Receita	0,96	1,02	0,96
Equilíbrio Orçamentário	0,80	0,85	0,85
Execução da Despesa	0,90	0,85	0,80
Resultado Orçamentário	1,33	1,42	1,42
Balanco Financeiro			
	2018	2019	2020
Resultado da Execução Financeira	1,16	1,22	1,21
Execução Extra Orçamentária	1,05	1,08	1,12
Resultado dos Saldos Financeiros	1,23	1,49	1,33

Balço Patrimonial			
	2018	2019	2020
Situaço Financeira	1,79	2,05	2,06
Situaço Permanente	1,58	1,70	1,88
Demonstraço das Variaço Patrimoniais			
	2018	2019	2020
Resultado das Mutaço Patrimoniais	0,87	1,15	1,14

Fonte: Elaborado pela autora.

3.2 Análise dos resultados dos indicativos da capital de São Paulo

Ao analisar os resultados obtidos pelo cálculo dos quocientes referentes à capital de São Paulo, pode-se chegar às seguintes observações.

No índice de **execução da receita**, aplicado no Balço Orçamentário, pode-se observar que nos anos de 2018 e 2020 o valor foi o mesmo, abaixo de 1, demonstrando, conforme especificado na descrição dos quadros, que houve falta de arrecadação. Ou seja, a receita que de fato foi recebida foi menor do que a estimada. Enquanto que em 2019 o índice foi superior a esse valor representando um excesso de arrecadação. Ou seja, o valor de fato recebido foi maior do que a receita prevista.

Já no índice de **equilíbrio orçamentário**, aplicado no Balço Orçamentário, verifica-se que os três índices se encontram abaixo de 1. Isso significa que a despesa estabelecida foi menor do que a receita prevista para o período. Conforme Kohama (2006), pode ocorrer pela Lei Orçamentária ter sido apresentada como superávit, ao invés de equilíbrio (receita igual a despesa), apesar de dificilmente ocorrer. É uma situação não usual que precisa ser observada com mais atenção.

Em sequência, no índice de **execução da despesa**, verifica-se novamente que os índices de 0,90, 0,85 e 0,80 para 2018, 2019 e 2020, respectivamente, se encontram abaixo de 1, o que demonstra que a despesa executada foi menor do que a despesa fixada. A diferença entre os valores mostra uma economia orçamentária, ou seja, gastou-se menos do que o planejado.

No último dos quocientes do Balço Orçamentário, no **resultado orçamentário** verificou-se que todos os resultados obtidos foram acima de 1, ou seja, em todos os anos observados houve um superávit orçamentário de execução. Mais

especificamente, a receita de fato obtida foi maior do que a despesa de fato paga no período, ou seja, foi o suficiente para quitar as dívidas.

Já no Balanço Financeiro, é possível verificar no quociente de **resultado da execução financeira** que todos os resultados se encontram acima de 1. Isso demonstra que a receita orçamentária e extra orçamentária juntas são superiores às despesas orçamentárias e extra orçamentárias, ou seja, há um superávit orçamentário na execução financeira.

No quociente da **execução extra orçamentária** verifica-se que todos os valores se encontram acima de 1, havendo pouca variação entre eles. Isso significa que a receita extra orçamentária é maior do que a despesa extra orçamentária, ou seja, os recebimentos foram superiores aos pagamentos na classificação extra orçamentária.

No **resultado dos saldos financeiros**, todos os resultados obtidos também foram superiores a 1, em especial 2019 por apresentar um índice de 1,49. Isso demonstra um superávit financeiro, que mostra que os recebimentos do exercício foram maiores do que os pagamentos do exercício. Mais especificamente, há 1,49 reais para cada 1 real de pagamento.

Em seguida, com os índices para análise do Balanço Patrimonial, pode-se verificar na **situação financeira** que todos os índices se encontram acima de 1, até mesmo acima de 2 como é o caso de 2019 e 2020. Portanto, o ativo financeiro – disponibilidades mais direitos realizáveis – é maior que o passivo financeiro – obrigações de curto prazo (para cada 1 real de passivo financeiro, há 1,79 em 2018, 2,05 em 2019 e 2,06 em 2020 de ativo financeiro).

Assim como na situação financeira, verifica-se que há uma breve tendência de crescimento nos índices da **situação permanente** da entidade, com resultados de 1,58 em 2018, 1,70 em 2019 e 1,88 em 2020. Em outras palavras, o ativo permanente – soma de bens, créditos e valores classificados como permanentes – em cada ano é maior do que o passivo permanente – somatória das dívidas fundadas, o que demonstra superávit na categoria permanente do Balanço Patrimonial (para cada um real de passivo permanente, há 1,58 em 2018, 1,70 em 2019 e 1,88 em 2020 de ativo permanente).

Por fim, o último quociente apresentado de **resultado das mutações patrimoniais**, para ser aplicado na Demonstração das Variações Patrimoniais, demonstrou resultado inferior a 1 no ano de 2018, enquanto que nos anos seguintes

o resultado foi superior. Isso significa que: em 2018 houve mais baixas de bens e créditos do que acréscimo de bens, diferente dos anos seguintes em que a mutação patrimonial ativa foi maior do que a mutação patrimonial passiva (houve mais incorporação de bens, créditos e valores). Conforme Kohama (2006), no caso dos anos de 2019 e 2020, poderíamos dizer então que a despesa orçamentária realizada causou uma elevação do patrimônio maior do que a receita orçamentária que foi arrecadada no período.

Todos esses índices podem ser analisados de forma individual, como demonstrado, mas devem também ser analisados de maneira consolidada, em conjunto para ter uma maior amplitude de toda a situação. Um único quociente pode dar respostas interessantes que podem ser uma base para diferentes análises e decisões, inclusive. Porém é avaliando todo o conjunto que a análise se torna mais consistente. Por não ser o foco do trabalho demonstrar de forma mais aprofundada e consolidada a análise dos quocientes, foi demonstrada a utilização dos índices a partir de dados obtidos pelas demonstrações contábeis financeiras, sua interpretação de maneira simplificada e o que representam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo discutir a utilização da análise de indicadores em demonstrações públicas de forma simplificada e de que maneira a análise desses quocientes é relevante como meio de acompanhamento, controle e tomada de decisão no gerenciamento dos recursos públicos.

Para isso, foram consideradas algumas fórmulas para o cálculo desses quocientes e apresentados os significados dos possíveis resultados advindos dessas fórmulas.

Foram apresentados também a conceituação de gestão e contabilidade pública e a evidenciação da legislação que rege grande parte da elaboração e da publicação dos resultados consolidados das entidades – o que as divergem das entidades privadas, exceto pela necessidade de se ter uma ferramenta de acompanhamento.

No breve estudo realizado sobre as demonstrações da cidade de São Paulo, os resultados permitiram tirar algumas conclusões quanto ao desempenho da entidade entre os anos de 2018 e 2020.

Foi possível observar, por exemplo, que nos anos de 2018 e 2020 os recebimentos foram menores do que os estimados, mas que nos três anos gastou-se menos do que a receita real, o que se considera “superávit” (saldo positivo). Também foi possível verificar que na elaboração do orçamento, houve o estabelecimento de receitas maiores que as despesas, e não um equilíbrio entre as contas, o que indica uma peculiaridade na gestão orçamentária.

No cálculo da situação financeira, considerou-se uma situação de liquidez, onde a entidade com o que possui de disponibilidades tem capacidade de quitar suas dívidas em curto prazo. Seguindo esse resultado, foi possível verificar que tanto os ativos de curto prazo em comparação aos passivos de curto prazo e os ativos de longo prazo em comparação aos passivos de longo prazo foram superiores nos três anos. Isso é um indicativo de que há uma tendência nesses cálculos para a tomada de decisão em como direcionar os ativos ou buscar saber a razão pela qual isso ocorreu.

É interessante observar que, apesar da atipicidade do ano de 2020, os resultados foram muito semelhantes aos meses anteriores. Talvez por conta do tipo de gestão ou por conta de empréstimos. É uma situação que seria relevante ser estudada mais a fundo.

Apesar de simples e de parecer que essas observações quantitativas podem ser feitas a olho nu como “receita maior que despesa”, a precisão que o cálculo dos indicadores proporciona é muito maior, possibilitando cálculos de tendências para planejamentos, os principais pontos a serem observados quanto à aplicação dos recursos, tal como o cumprimento da legislação como um todo (Lei de Responsabilidade Fiscal e Tribunal de Contas) e a publicação desses resultados para toda a população.

Além disso, qualquer pessoa que tenha interesse em fazer essa análise pode encontrar facilmente as informações para o cálculo dos quocientes de uma forma muito simples, tendo em vista que essas informações devem estar disponíveis nos portais das organizações públicas e em conformidade com os modelos anexos da Lei n.º 4 320/64.

Claramente, muitos outros aspectos devem ser considerados para uma análise mais consolidada e profunda. Uma conclusão generalizada não pode de maneira alguma ser realizada com apenas um índice. É preciso usar vários índices que podem apresentar diferentes visões para uma determinada situação. Mas, como o foco não é uma avaliação profunda e sim simplificada e acessível a qualquer gestor e *stakeholder*, esse trabalho cumpre com o seu objetivo.

A não utilização dessas informações quanto às aplicações e recursos acarretaria em gastos que não poderiam ser previstos ou até mesmo resultados que ultrapassem os limites estabelecidos por lei e planejamentos falhos, com prejuízos tanto a máquina estatal quando a população em geral que depende da gestão pública.

Não há uma vasta bibliografia sobre a análise de demonstrações financeiras e contábeis nas entidades públicas, o que limita o estudo mais aprofundado apenas para os especialistas na área, que muitas vezes não interpretam esses resultados de forma clara à sociedade. Fica a sugestão aos interessados em realizarem estudos e trabalhos nessa área.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA-SANTOS, Paulo Sérgio, ROCHA, Irani; HEIN, Nelson. Utilização da entropia informacional na seleção de indicadores financeiros mais relevantes para tomada de decisão no setor público: o caso dos estados brasileiros. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v.19, n. 2, p. 83-105, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362014000200007&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em: 04 jun. 2020

AMORIM, Maria do Socorro Gomes de. **Contabilidade pública para concursos e graduação em ciências contábeis, controle da administração pública, auditoria governamental, responsabilidade fiscal: Lei de responsabilidade fiscal e Lei 4.320/64, comentadas**. São Paulo: Ícone, 2008.

AZEVEDO, Ricardo Rocha. Uma análise dos índices da lei de responsabilidade fiscal nos municípios paulistas após a implementação do projeto AUDESP. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, São Paulo, v.3, n.5, p. 39-60, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/258> Acesso em: 01 nov. 2021

BRASIL, Normas Gerais de Direito Financeiro (1964), Título IX – Da Contabilidade, Capítulo I – Disposições Gerais, Art. 83. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm Acesso em: 15 set. 2021

_____. I – Disposições Gerais, Art. 85. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm Acesso em: 15 set. 2021

_____, Normas Gerais de Direito Financeiro (1964), Título IX – Da Contabilidade, Capítulo IV – DOS BALANÇOS, Art. 102. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm Acesso em: 15 set. 2021

_____, Normas Gerais de Direito Financeiro (1964), Título IX – Da Contabilidade, Capítulo IV – DOS BALANÇOS, Art. 104. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm Acesso em: 15 set. 2021

_____, Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP)**. Ed. 9. Brasília: 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26> Acesso em: 15 nov. 2021

COSTA, F.L.; CASTANHAR, J.C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969 - 992, 2003. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6509> Acesso em: 22 jun. 2020.

CORREA, Rafaela; RITTA, Cleyton de Oliveira. Análise da situação financeira de capital de um hospital filantrópico localizado no sul do Brasil. *In*: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, 7, 2017, Santa Catarina. **Anais eletrônicos...**

Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: dvl.ccn.ufsc.br/congresso/arquivos_artigos/artigos/1231/20170828091917.pdf
Acesso em: 30 nov. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Ed. 4. São Paulo: Atlas, 2002.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira e Orçamentária**. Ed. 1. São Paulo: Atlas, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 18 dez. 2021

JANNUZZI, P. de M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, fev. 2014. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222> Acesso em: 24 jun. 2020

KOHAMA, Heilio. **Balancos Públicos: Teoria e Prática**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Ed. 5. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Contabilidade pública: integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem)**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. Ed. 8. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, José Carlos; RIBEIRO, Osni Moura. **Introdução à contabilidade gerencial**. Ed. 3. São Paulo: Saraiva, 2017.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balancos: abordagem básica e gerencial**. Ed. 6. São Paulo: Atlas, 2007.

MEIRELLES, Hery Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 30 ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

MELLO, Oswaldo Aranha Bandeira de. **Princípios gerais do direito administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

PEREZ JR, José Hernandez; GLAUCOS, Antonio. **Elaboração das Demonstrações Contábeis**. Livro-texto, Ed. 3. São Paulo: Atlas, 2002.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Análise de Balancos Fácil**. Ed. 5. São Paulo: Saraiva, 1997.

SÃO PAULO, **Prefeitura Municipal de São Paulo**. Secretaria da Fazenda. Prestação de Contas Públicas – Balanço Anual. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/contaspublicas/index.php?p=3212> Acesso em: 01 dez. 2021

_____. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. **Lei Orgânica: Lei Complementar nº 709 (1993)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www4.tce.sp.gov.br/sites/default/files/images/lei-regimento.pdf> Acesso em: 17 nov. 2021

SOARES, Maurélio et al. O emprego da análise de balanços e métodos estatísticos na área pública: o ranking de gestão dos municípios catarinenses. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 5, p. 1425-1443, out. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000500008&lang=en Acesso em: 04 jun. 2020

ANEXOS – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS P.M. SÃO PAULO

ANEXO A – Balanço Orçamentário da cidade de São Paulo (2018)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Exercício de 2018

em R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo d = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	48.207.290.774,00	48.207.290.774,00	48.435.362.482,81	228.071.708,81
RECEITA TRIBUTÁRIA	29.081.626.873,00	29.081.626.873,00	29.603.036.667,37	521.409.794,37
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	499.695.950,00	499.695.950,00	501.683.515,33	1.987.565,33
RECEITA PATRIMONIAL	991.229.367,00	991.229.367,00	680.106.548,52	(311.122.818,48)
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	413.800.965,00	413.800.965,00	67.022.706,67	(346.778.258,33)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.876.151.131,00	14.876.151.131,00	15.176.303.190,46	300.152.059,46
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.344.786.488,00	2.344.786.488,00	2.407.209.854,46	62.423.366,46
RECEITAS DE CAPITAL (II)	4.061.433.037,00	4.061.433.037,00	1.899.390.368,43	(2.162.042.668,57)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	481.608.305,00	481.608.305,00	148.836.391,74	(332.771.913,26)
ALIENAÇÃO DE BENS	1.109.130.391,00	1.109.130.391,00	13.463.614,04	(1.095.666.776,96)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.237.334.136,00	1.237.334.136,00	713.788.872,77	(523.545.263,23)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.233.360.205,00	1.233.360.205,00	1.023.301.489,88	(210.058.715,12)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	52.268.723.811,00	52.268.723.811,00	50.334.752.851,24	(1.933.970.959,76)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
MOBILIÁRIA	-	-	-	-
CONTRATUAL	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
MOBILIÁRIA	-	-	-	-
CONTRATUAL	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	52.268.723.811,00	52.268.723.811,00	50.334.752.851,24	(1.933.970.959,76)
Deficit (VI)	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	52.268.723.811,00	52.268.723.811,00	50.334.752.851,24	(1.933.970.959,76)
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	40.000.000,00	163.456.197,05	123.456.197,05	(40.000.000,00)
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	40.000.000,00	40.000.000,00	-	(40.000.000,00)
SUPERAVIT FINANCEIRO	-	123.456.197,05	123.456.197,05	-
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	-	-	-	-



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Exercício de 2018

em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	34.565.367.620,00	36.592.171.688,14	35.486.371.824,44	33.973.570.770,04	33.797.716.939,19	1.105.799.863,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.933.735.743,00	12.504.546.484,73	12.418.759.383,52	12.290.379.151,53	12.290.313.620,33	85.787.101,21
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.192.859.961,00	1.186.086.894,04	1.175.494.469,83	1.175.477.351,26	1.175.477.351,26	10.592.424,21
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.438.771.916,00	22.901.538.309,37	21.892.117.971,09	20.507.714.267,25	20.331.925.967,60	1.009.420.338,28
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	7.956.614.002,00	5.281.480.563,29	4.474.158.073,50	3.995.961.978,62	3.937.010.736,07	807.322.489,79
INVESTIMENTOS	5.723.796.333,00	3.117.776.181,33	2.332.036.952,80	1.853.851.421,20	1.794.900.178,65	785.739.228,53
INVERSÕES FINANCEIRAS	90.960.136,00	24.173.782,00	23.070.485,83	23.070.485,83	23.070.485,83	1.103.296,17
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.141.857.533,00	2.139.530.599,96	2.119.050.634,87	2.119.040.071,59	2.119.040.071,59	20.479.965,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	25.000,00	25.000,00	-	-	-	25.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	42.522.006.622,00	41.873.677.251,43	39.960.529.897,94	37.969.532.748,66	37.734.727.675,26	1.913.147.353,49
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA MOBILIÁRIA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DÍVIDAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA MOBILIÁRIA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DÍVIDAS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	42.522.006.622,00	41.873.677.251,43	39.960.529.897,94	37.969.532.748,66	37.734.727.675,26	1.913.147.353,49
SUPERAVIT (XIV)	9.746.717.189,00	10.395.046.559,57	10.374.222.953,30			
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	52.268.723.811,00	52.268.723.811,00	50.334.752.851,24	37.969.532.748,66	37.734.727.675,26	1.913.147.353,49
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	-



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Exercício de 2018

Quadro da Execução de Restos a Pagar não Processados

em R\$

	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
	(a)	(b)				
DESPESAS CORRENTES	935.915,44	1.118.427.468,58	818.742.528,75	816.545.299,77	300.620.855,27	2.197.228,98
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	13.243.666,22	2.000.342,66	2.000.342,66	11.243.323,56	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	935.915,44	1.105.183.802,36	816.742.186,09	814.544.957,11	289.377.531,71	2.197.228,98
DESPESAS DE CAPITAL	4.326.237,88	578.190.332,25	315.594.920,73	309.454.930,65	266.921.649,40	6.139.990,08
INVESTIMENTOS	4.326.237,88	578.190.332,25	315.594.920,73	309.454.930,65	266.921.649,40	6.139.990,08
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.262.153,32	1.696.617.800,83	1.134.337.449,48	1.126.000.230,42	567.542.504,67	8.337.219,06

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados

	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)			
DESPESAS CORRENTES	7.031.313,88	135.378.959,22	119.190.945,18	788.238,96	22.431.088,96
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.223,34	4.609.354,62	4.609.346,62	-	20.231,34
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.011.090,54	130.769.604,60	114.581.598,56	788.238,96	22.410.857,62
DESPESAS DE CAPITAL	4.427.526,50	34.489.477,33	34.503.237,80	3.579.002,02	834.764,01
INVESTIMENTOS	4.427.526,50	34.489.477,33	34.503.237,80	3.579.002,02	834.764,01
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	11.458.840,38	169.868.436,55	153.694.182,98	4.367.240,98	23.265.852,97

Marcelo Pierantozzi Gonçalves
 Diretor da Divisão de Contabilidade
 CRC1SP194005/O-4

Emerson Onofre Pereira
 Diretor do Departamento de Contadoria
 CRC1SP240974/O-7

Henrique de Castilho Pinto
 Subsecretário do Tesouro Municipal
 CPF 222.413.578-55

ANEXO B – Balanço Orçamentário da cidade de São Paulo (2019)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Exercício de 2019

em R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo d = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	51.945.436.281,00	52.164.518.451,00	53.749.008.238,31	1.584.489.787,31
RECEITA TRIBUTÁRIA	31.593.163.559,00	31.593.163.559,00	33.883.005.239,73	2.089.841.680,73
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	575.899.062,00	575.899.062,00	582.851.653,78	6.955.591,78
RECEITA PATRIMONIAL	977.054.053,00	977.054.053,00	1.106.618.459,52	129.564.406,52
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	41.661.825,00	41.661.825,00	73.339.240,61	31.677.415,61
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.023.215.122,00	16.242.297.292,00	16.349.159.269,69	106.861.977,69
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.734.445.680,00	2.734.445.680,00	1.954.034.374,98	(780.411.285,02)
RECEITAS DE CAPITAL (II)	4.341.909.910,00	4.341.909.910,00	3.989.063.686,96	(352.846.223,04)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	567.214.473,00	567.214.473,00	201.119.102,92	(276.095.370,08)
ALIENAÇÃO DE BENS	1.318.427.082,00	1.318.427.082,00	30.273.856,19	(1.288.153.225,81)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.372.174.710,00	1.372.174.710,00	598.956.210,92	(773.218.499,08)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.084.093.645,00	1.084.093.645,00	3.068.714.517,23	1.984.620.872,23
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	56.287.346.191,00	56.506.428.361,00	57.738.071.925,27	1.231.643.564,27
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
MOBILIÁRIA	-	-	-	-
CONTRATUAL	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
MOBILIÁRIA	-	-	-	-
CONTRATUAL	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	56.287.346.191,00	56.506.428.361,00	57.738.071.925,27	1.231.643.564,27
Deficit (VI)	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	56.287.346.191,00	56.506.428.361,00	57.738.071.925,27	1.231.643.564,27
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	62.347.607,00	1.730.274.002,42	1.667.926.395,42	(62.347.607,00)
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	62.347.607,00	62.347.607,00	-	(62.347.607,00)
SUPERAVIT FINANCEIRO	-	1.667.926.395,42	1.667.926.395,42	-
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	-	-	-	-



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Exercício de 2019

em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	37.019.224.060,00	39.212.733.943,89	38.323.934.448,72	36.430.793.431,56	36.298.598.106,94	888.799.495,17
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.135.838.943,00	13.886.261.375,35	13.806.374.485,70	13.219.612.417,72	13.219.587.801,28	79.888.889,65
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.184.711.509,00	1.150.894.919,95	1.135.635.083,25	1.135.081.115,00	1.135.081.115,00	15.249.836,70
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.698.673.608,00	24.375.587.648,59	23.581.924.879,77	22.076.099.898,84	21.943.929.190,66	793.662.768,82
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	8.316.061.532,00	8.655.899.863,62	5.727.463.651,94	4.491.707.952,17	4.411.376.904,12	2.928.436.211,68
INVESTIMENTOS	5.687.705.255,00	6.032.256.282,64	3.491.458.033,81	2.255.702.334,04	2.175.371.285,99	2.540.797.248,83
INVERSÕES FINANCEIRAS	124.463.112,00	161.098.235,20	33.491.126,00	33.491.126,00	33.491.126,00	127.007.109,20
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.503.893.165,00	2.462.546.345,78	2.202.514.492,13	2.202.514.492,13	2.202.514.492,13	260.031.853,65
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	1.000,00	1.000,00	-	-	-	1.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	45.335.286.592,00	47.868.634.807,51	44.051.398.100,66	40.922.501.383,73	40.709.975.011,06	3.817.236.706,85
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA MOBILIÁRIA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DÍVIDAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA MOBILIÁRIA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DÍVIDAS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	45.335.286.592,00	47.868.634.807,51	44.051.398.100,66	40.922.501.383,73	40.709.975.011,06	3.817.236.706,85
SUPERAVIT (XIV)	10.952.059.599,00	8.637.793.553,49	13.686.673.824,61	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	56.287.346.191,00	56.506.428.361,00	57.738.071.925,27	40.922.501.383,73	40.709.975.011,06	3.817.236.706,85
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	-



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Exercício de 2019

Quadro da Execução de Restos a Pagar não Processados

em R\$

	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
	(a)	(b)				
DESPESAS CORRENTES	2.197.228,98	1.512.801.054,40	1.128.906.428,56	1.128.714.488,49	336.119.070,51	50.164.724,38
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	128.380.231,99	64.063.282,53	64.063.282,53	64.316.949,46	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	17.118,57	-	-	17.118,57	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.197.228,98	1.384.403.703,84	1.064.843.146,03	1.064.651.205,96	271.785.002,48	50.164.724,38
DESPESAS DE CAPITAL	6.139.990,08	478.196.094,88	346.889.184,17	343.633.097,27	135.890.115,66	4.812.872,03
INVESTIMENTOS	6.139.990,08	478.185.531,60	346.889.184,17	343.633.097,27	135.879.552,38	4.812.872,03
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	10.563,28	-	-	10.563,28	-
TOTAL	8.337.219,06	1.990.997.149,28	1.475.795.612,73	1.472.347.585,76	472.009.186,17	54.977.596,41

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados

	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)			
DESPESAS CORRENTES	22.431.088,96	175.853.830,85	195.628.989,65	354.443,88	2.301.486,28
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.231,34	65.531,20	40.030,36	-	45.732,18
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.410.857,62	175.788.299,65	195.588.959,29	354.443,88	2.255.754,10
DESPESAS DE CAPITAL	834.764,01	58.951.242,55	54.891.519,03	90.008,09	4.804.479,44
INVESTIMENTOS	834.764,01	58.951.242,55	54.891.519,03	90.008,09	4.804.479,44
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	23.265.852,97	234.805.073,40	250.520.508,68	444.451,97	7.105.965,72

Marcelo Pierantozzi Gonçalves
 Diretor da Divisão de Contabilidade
 CRC1SP194005/O-4

Emerson Onofre Pereira
 Diretor do Departamento de Contadoria
 CRC1SP240974/O-7

Henrique de Castilho Pinto
 Subsecretário do Tesouro Municipal
 CPF 222.413.578-55

ANEXO C – Balanço Orçamentário da cidade de São Paulo (2020)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Exercício de 2020

em R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo d = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	57.462.897.953,00	58.345.614.520,44	58.541.459.789,08	195.845.268,64
RECEITA TRIBUTÁRIA	33.872.458.292,00	33.872.458.292,00	35.213.677.031,66	1.341.218.739,66
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	608.166.167,00	608.166.167,00	586.769.731,58	(21.396.435,42)
RECEITA PATRIMONIAL	3.298.287.203,00	3.298.287.203,00	2.388.789.529,47	(909.497.673,53)
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	71.108.497,00	71.108.497,00	53.089.323,82	(18.019.173,18)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.292.381.697,00	18.175.098.264,44	18.893.667.303,78	718.569.039,34
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.320.496.097,00	2.320.496.097,00	1.405.466.868,77	(915.029.228,23)
RECEITAS DE CAPITAL (II)	5.484.968.972,00	5.487.322.937,39	2.714.464.221,04	(2.772.858.716,35)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	674.999.204,00	677.315.393,59	510.196.840,17	(167.118.553,42)
ALIENAÇÃO DE BENS	1.680.040.710,00	1.680.040.710,00	50.294.288,01	(1.629.746.421,99)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.037.952.583,00	1.037.990.358,80	740.368.722,95	(297.621.635,85)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2.091.976.475,00	2.091.976.475,00	1.413.604.369,91	(678.372.105,09)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	62.947.866.925,00	63.832.937.457,83	61.255.924.010,12	(2.577.013.447,71)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
MOBILIÁRIA	-	-	-	-
CONTRATUAL	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
MOBILIÁRIA	-	-	-	-
CONTRATUAL	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	62.947.866.925,00	63.832.937.457,83	61.255.924.010,12	(2.577.013.447,71)
Deficit (VI)	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	62.947.866.925,00	63.832.937.457,83	61.255.924.010,12	(2.577.013.447,71)
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	66.143.464,00	1.767.928.360,43	1.701.784.896,43	(66.143.464,00)
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	66.143.464,00	66.143.464,00	-	(66.143.464,00)
SUPERAVIT FINANCEIRO	-	1.701.784.896,43	1.701.784.896,43	-
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS	-	-	-	-



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Exercício de 2020

em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	41.233.669.068,00	43.783.571.349,97	42.422.536.999,06	39.027.166.067,69	38.683.939.447,21	1.361.034.350,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.510.680.582,00	14.409.140.532,61	14.214.454.504,06	13.791.649.365,94	13.786.703.528,40	194.686.028,55
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.281.446.190,00	474.508.537,95	316.002.863,83	313.411.593,99	313.411.593,99	158.505.674,12
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.441.542.296,00	28.899.922.279,41	27.892.079.631,17	24.922.105.107,76	24.583.824.324,82	1.007.842.648,24
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	10.424.491.178,00	10.333.054.002,86	6.026.273.819,34	4.512.286.087,71	4.391.202.020,50	4.306.780.183,52
INVESTIMENTOS	7.761.305.792,00	8.673.369.098,94	4.482.612.115,95	2.968.624.384,32	2.847.540.317,11	4.190.756.982,99
INVERSÕES FINANCEIRAS	92.937.083,00	96.035.083,00	5.317.276,00	5.317.276,00	5.317.276,00	90.717.807,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.570.248.303,00	1.563.649.820,92	1.538.344.427,39	1.538.344.427,39	1.538.344.427,39	25.305.393,53
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	1.000,00	1,000,00	-	-	-	1,000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	51.658.161.246,00	54.116.626.352,83	48.448.810.818,40	43.539.452.155,40	43.075.141.467,71	5.667.815.534,43
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA MOBILIÁRIA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DÍVIDAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA MOBILIÁRIA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DÍVIDAS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	51.658.161.246,00	54.116.626.352,83	48.448.810.818,40	43.539.452.155,40	43.075.141.467,71	5.667.815.534,43
SUPERAVIT (XIV)	11.289.705.679,00	9.716.311.105,00	12.807.113.191,72			
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	62.947.866.925,00	63.832.937.457,83	61.255.924.010,12	43.539.452.155,40	43.075.141.467,71	5.667.815.534,43
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	-



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Exercício de 2020

Quadro da Execução de Restos a Pagar não Processados

em R\$

	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
	(a)	(b)				
DESPESAS CORRENTES	50.164.724,38	1.893.141.017,16	1.443.056.344,67	1.442.640.838,50	500.249.396,87	415.506,17
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	386.762.067,98	334.632.651,74	334.625.433,77	52.129.416,24	7.217,97
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	553.968,25	-	-	553.968,25	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.164.724,38	1.505.824.980,93	1.108.423.692,93	1.108.015.404,73	447.566.012,38	408.288,20
DESPESAS DE CAPITAL	4.812.872,03	1.235.755.699,77	683.203.448,18	680.886.833,32	557.365.123,62	2.316.614,86
INVESTIMENTOS	4.812.872,03	1.235.755.699,77	683.203.448,18	680.886.833,32	557.365.123,62	2.316.614,86
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	54.977.596,41	3.128.896.716,93	2.126.259.792,85	2.123.527.671,82	1.057.614.520,49	2.732.121,03

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados

	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
	(a)	(b)			
DESPESAS CORRENTES	2.301.486,28	132.195.324,62	131.309.278,41	393.781,40	2.793.751,09
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	45.732,18	24.616,44	24.331,74	-	46.016,88
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.255.754,10	132.170.708,18	131.284.946,67	393.781,40	2.747.734,21
DESPESAS DE CAPITAL	4.804.479,44	80.331.048,05	80.261.009,09	558.674,46	4.315.843,94
INVESTIMENTOS	4.804.479,44	80.331.048,05	80.261.009,09	558.674,46	4.315.843,94
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	7.105.965,72	212.526.372,67	211.570.287,50	952.455,86	7.109.595,03

Marcelo Pierantozzi Gonçalves
 Diretor da Divisão de Contabilidade
 CRC1SP194005/O-4

Emerson Onofre Pereira
 Diretor do Departamento de Contadoria
 CRC1SP240974/O-7

Henrique de Castilho Pinto
 Subsecretário do Tesouro Municipal
 CPF 222.413.578-55

ANEXO D - Balanço Financeiro da cidade de São Paulo (2018)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Balanço Financeiro do Exercício 2018

em R\$

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	50.334.752.851,24	48.086.435.324,32	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	39.960.529.897,94	38.040.130.705,26
ORDINÁRIA	39.340.984.934,49	38.147.158.517,42	ORDINÁRIA	29.570.847.893,85	28.676.033.534,40
TESOURO MUNICIPAL	39.340.984.934,49	38.147.158.517,42	TESOURO MUNICIPAL	29.570.847.893,85	28.676.033.534,40
RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	-	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	-
RECURSOS PRÓPRIOS DA EMPRESA DEPENDENTE	-	-	RECURSOS PRÓPRIOS DA EMPRESA DEPENDENTE	-	-
VINCULADA	10.993.767.916,75	9.939.276.806,90	VINCULADA	10.389.682.004,09	9.364.097.170,86
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	150.250.670,61	46.386.246,66	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	122.428.308,48	56.375.670,34
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	3.099.598.896,45	2.930.159.177,69	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	2.600.474.095,19	2.730.056.776,34
TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS	576.400.753,23	550.779.567,61	TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS	524.785.474,60	540.139.071,44
FUNDO CONSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO	4.084.349.985,52	3.788.793.795,83	FUNDO CONSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO	3.905.521.542,24	3.827.119.837,54
OUTRAS FONTES	25.514.225,97	72.129.202,22	OUTRAS FONTES	69.724.311,47	94.590.659,43
RECEITA CONDICIONADA	-	-	RECEITA CONDICIONADA	-	-
TESOURO MUNICIPAL - RECURSO VINCULADO	2.458.339.791,45	2.551.028.816,89	TESOURO MUNICIPAL - RECURSO VINCULADO	2.211.085.363,06	2.115.815.155,77
ALIENAÇÃO DE BENS ATIVOS	13.463.614,04	-	ALIENAÇÃO DE BENS ATIVOS	15.000.000,00	-
DEPÓSITOS JUDICIAIS	585.849.979,48	-	DEPÓSITOS JUDICIAIS	940.662.909,05	-
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	7.160.839,02	1.474.125,46	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	10.165.533.288,81	9.647.955.496,29
PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-	-	PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	4.668.012.455,05	4.955.438.656,88
INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	7.160.839,02	1.474.125,46	INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-	-
PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	-	-	PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	5.497.520.833,76	4.692.516.839,41
PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS	-	-	PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS	-	-
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	38.997.177.470,65	52.710.734.810,90	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	37.168.601.951,10	51.149.642.122,84
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.990.997.149,28	1.696.617.800,83	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.106.691.444,55	771.996.526,67
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	229.167.019,13	165.904.112,49	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	150.619.127,59	120.648.716,33
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	4.115.615.342,31	4.243.403.943,78	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	5.805.293.894,24	3.717.340.384,90
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	32.661.397.959,93	46.604.808.953,80	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	30.105.997.484,72	46.539.656.494,94
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	9.026.897.642,59	7.065.981.706,30	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	11.071.323.665,65	9.026.897.642,59
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.241.697.261,86	4.896.784.691,21	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.354.540.796,08	6.241.697.261,86
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	2.785.200.380,73	2.169.197.015,09	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	3.716.782.869,57	2.785.200.380,73
Total (V) = (I+II+III+IV)	98.365.988.803,50	107.864.625.966,98	Total (X) = (VI+VII+VIII+IX)	98.365.988.803,50	107.864.625.966,98

Marcelo Pierantozzi Gonçalves
Diretor da Divisão de Contabilidade
CRC1SP194005/O-4

Emerson Onofre Pereira
Diretor do Departamento de Contabilidade
CRC1SP240974/O-7

Henrique de Castilho Pinto
Subsecretário do Tesouro Municipal
CPF 222.413.578-55

ANEXO E - Balanço Financeiro da cidade de São Paulo (2019)


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
 Balanço Financeiro do Exercício 2019

em R\$

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	57.756.071.925,27	50.554.732.851,24	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	44.051.536.190,66	59.960.529.837,34
ORDINÁRIA	43.751.451.968,01	39.340.984.934,49	ORDINÁRIA	31.448.541.457,06	29.570.847.893,85
TESOURO MUNICIPAL	43.751.451.968,01	39.340.984.934,49	TESOURO MUNICIPAL	31.448.541.457,06	29.570.847.893,85
RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	-	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	-
RECURSOS PRÓPRIOS DA EMPRESA DEPENDENTE	-	-	RECURSOS PRÓPRIOS DA EMPRESA DEPENDENTE	-	-
VINCULADA	13.988.619.957,28	10.993.767.916,75	VINCULADA	12.804.856.643,00	10.389.882.004,09
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	296.172.949,82	150.250.870,61	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	62.087.606,45	122.428.308,48
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	3.039.200.310,75	3.069.598.896,45	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	3.240.025.134,97	2.800.474.096,19
TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS	647.817.810,89	576.400.753,23	TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS	687.488.589,34	524.785.474,60
FUNDO CONSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO	4.667.796.189,67	4.084.349.985,52	FUNDO CONSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO	4.720.416.218,80	3.905.521.542,24
OUTRAS FONTES	44.547.473,66	25.514.225,97	OUTRAS FONTES	75.467.245,05	60.734.311,47
RECEITA CONDICIONADA	-	-	RECEITA CONDICIONADA	-	-
TESOURO MUNICIPAL - RECURSO VINCULADO	4.592.303.099,70	2.458.339.791,45	TESOURO MUNICIPAL - RECURSO VINCULADO	2.959.029.348,99	2.211.085.363,08
ALIENAÇÃO DE BENS ATIVOS	30.273.856,19	13.463.614,04	ALIENAÇÃO DE BENS ATIVOS	9.800.000,00	15.000.000,00
DEPÓSITOS JUDICIAIS	668.508.498,58	585.849.979,48	DEPÓSITOS JUDICIAIS	844.547.500,00	940.662.909,05
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	11.270.824,65	7.160.830,02	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	10.335.607.833,76	10.148.350.265,81
PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-	-	PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	5.087.445.107,09	4.968.012.455,05
INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	11.270.824,65	7.160.830,02	INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-	-
PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	-	-	PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	5.468.162.748,69	5.497.520.833,76
PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS	-	-	PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS	-	-
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	23.763.746.834,63	32.397.177.470,63	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	27.438.532.262,87	37.148.601.351,10
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	3.129.899.716,93	1.990.997.149,28	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.451.174.942,79	1.106.891.444,55
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	210.091.009,36	229.167.019,13	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	243.988.259,67	150.619.127,59
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	4.413.290.531,47	4.115.615.342,31	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	6.237.922.881,91	5.805.293.894,24
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	22.017.470.596,93	32.661.397.659,93	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	19.525.506.178,80	30.105.997.484,72
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	11.071.529.845,63	9.024.637.842,59	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	16.528.617.153,08	11.671.523.645,85
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.354.540.798,08	6.241.697.261,88	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12.450.609.225,11	7.354.540.798,08
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	3.716.782.869,57	2.785.200.380,73	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	4.078.207.927,97	3.716.782.869,57
Total (V) = (I+II+III+IV)	58.530.415.370,48	50.565.368.693,80	Total (X) = (VI+VII+VIII+IX)	58.530.415.370,48	58.565.368.693,80

 Marcelo Pierantozzi Gonçalves
 Diretor da Divisão de Contabilidade
 CRC 1SP194005/O-4

 Emerson Onofre Pereira
 Diretor do Departamento de Contadoria
 CRC 1SP240974/O-7

 Henrique de Castilho Pinto
 Subsecretário do Tesouro Municipal
 CPF 222.413.578-55

ANEXO F - Balanço Financeiro da cidade de São Paulo (2020)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Balanço Financeiro do Exercício 2020

em R\$

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	61.255.924.010,12	57.738.071.925,27	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	48.448.810.818,40	44.051.398.100,66
ORDINÁRIA	47.073.434.599,77	43.751.451.968,01	ORDINÁRIA	34.556.482.400,95	31.446.541.457,06
TESOURO MUNICIPAL	47.073.434.599,77	43.751.451.968,01	TESOURO MUNICIPAL	34.556.482.400,95	31.446.541.457,06
RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	-	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	-
RECURSOS PRÓPRIOS DA EMPRESA DEPENDENTE	-	-	RECURSOS PRÓPRIOS DA EMPRESA DEPENDENTE	-	-
VINCULADA	14.182.489.410,35	13.986.619.957,26	VINCULADA	13.892.328.417,45	12.604.856.643,60
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	521.466.706,28	296.172.949,82	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	635.355.091,77	62.087.606,45
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	4.021.155.538,56	3.039.200.310,75	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	3.729.948.878,00	3.246.025.134,97
TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS	712.614.618,99	647.817.610,89	TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS	682.608.452,53	687.486.589,34
FUNDO CONSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO	4.681.603.079,65	4.667.796.189,67	FUNDO CONSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO	4.722.008.092,80	4.720.416.218,80
OUTRAS FONTES	204.441.210,88	44.547.473,66	OUTRAS FONTES	153.788.270,78	75.467.245,05
RECEITA CONDICIONADA	-	-	RECEITA CONDICIONADA	-	-
TESOURO MUNICIPAL - RECURSO VINCULADO	2.843.413.106,16	4.592.303.069,70	TESOURO MUNICIPAL - RECURSO VINCULADO	2.795.877.290,15	2.959.026.348,99
ALIENAÇÃO DE BENS ATIVOS	50.294.288,01	30.273.856,19	ALIENAÇÃO DE BENS ATIVOS	9.823.342,06	9.800.000,00
DEPÓSITOS JUDICIAIS	719.943.761,25	668.508.496,58	DEPÓSITOS JUDICIAIS	845.220.425,90	844.547.500,00
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS - CUSTEIO COVID FUNDO A FUNDO - SERV. PÚB. DE SAÚDE	335.525.438,28	-	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS - CUSTEIO COVID FUNDO A FUNDO - SERV. PÚB. DE SAÚDE	231.606.011,19	-
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS - INVEST. COVID FUNDO A FUNDO - SERV. PÚB. DE SAÚDE	3.375.769,00	-	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS - INVEST. COVID FUNDO A FUNDO - SERV. PÚB. DE SAÚDE	-	-
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS - CONVÊNIOS/CONTRATOS COVID VINCULADOS À SAÚDE	-	-	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS - CONVÊNIOS/CONTRATOS COVID VINCULADOS À SAÚDE	-	-
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS - LC 173/2020, ART. 5º, I	88.655.893,29	-	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS - LC 173/2020, ART. 5º, I	86.092.562,27	-
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	3.690.504,11	11.270.924,88	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	11.041.870.168,00	10.563.607.853,78
PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-	-	PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	5.235.239.691,24	5.087.445.107,09
INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	3.690.504,11	11.270.924,88	INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-	-
PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	-	-	PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	5.806.630.476,76	5.466.162.746,69
PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS	-	-	PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS	-	-
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	33.451.306.329,19	29.769.748.854,69	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	29.801.866.810,20	27.458.592.262,97
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	4.909.358.663,00	3.128.896.716,93	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2.093.284.238,16	1.451.174.942,79
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	458.954.568,03	2.101.091.009,36	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	209.141.502,12	243.989.259,67
DEPÓSITOS RESTITÚVEIS E VALORES VINCULADOS	6.518.754.881,57	4.413.290.531,47	DEPÓSITOS RESTITÚVEIS E VALORES VINCULADOS	8.615.525.620,90	6.237.922.881,91
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	21.564.238.216,59	22.017.470.596,93	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	18.883.915.449,02	19.525.506.178,60
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	16.526.817.153,08	11.071.323.665,65	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	21.945.190.199,90	16.526.817.153,08
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12.450.609.225,11	7.354.540.796,08	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17.345.400.142,90	12.450.609.225,11
DEPÓSITOS RESTITÚVEIS E VALORES VINCULADOS	4.076.207.927,97	3.716.782.869,57	DEPÓSITOS RESTITÚVEIS E VALORES VINCULADOS	4.599.790.057,00	4.076.207.927,97
Total (V) = (I+II+III+IV)	111.237.737.996,50	98.590.415.370,49	Total (X) = (VI+VII+VIII+IX)	111.237.737.996,50	98.590.415.370,49

Marcelo Pierantozzi Gonçalves
Diretor da Divisão de Contabilidade
CRC1SP194005/O-4

Emerson Onofre Pereira
Diretor do Departamento de Contadoria
CRC1SP240974/O-7

Henrique de Castilho Pinto
Subsecretário do Tesouro Municipal
CPF 222.413.578-55

ANEXO G - Balanço Patrimonial da cidade de São Paulo (2018)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Balanço Patrimonial do Exercício 2018

em R\$

Ativo			Passivo		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	17.827.971.749,02	9.617.775.556,77	PASSIVO CIRCULANTE	8.408.583.209,72	7.020.990.326,14
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.354.540.796,08	6.241.697.261,86	OBRIGAÇÕES TRAB, PREVIDENCIÁRIAS E ASSIST A PAGA	1.609.402.348,94	1.286.635.093,21
CRÉDITO A CURTO PRAZO	10.304.734.271,43	3.197.298.534,44	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	2.205.145.044,78	2.103.572.141,73
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	-	-	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.086.008.499,48	247.469.641,63
ESTOQUES	168.696.681,51	178.779.760,47	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	2.599.878,24	2.588.628,24
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	-	-	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÕES A OUTROS ENTES	-	-
			PROVISÕES A CURTO PRAZO	121.477.159,17	118.238.111,72
			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.383.950.279,11	3.262.486.709,61
ATIVO NÃO CIRCULANTE	80.723.625.605,15	93.323.072.864,01	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	51.089.759.765,28	50.543.944.637,14
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	51.293.455.605,69	63.809.592.141,28	OBRIGAÇÕES TRAB, PREVIDENCIÁRIAS E ASSIST A PAGA	13.347.946.181,15	11.658.503.622,63
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	51.293.452.065,23	63.809.588.600,82	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	26.371.084.799,06	27.134.627.621,58
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS A LONGO PRAZO	3.540,46	3.540,46	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	3.595.561.864,30	4.524.069.519,59
ESTOQUES	-	-	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	56.280.013,72	57.799.538,50
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	-	-	PROVISÕES A LONGO PRAZO	615.423.315,42	670.121.261,63
INVESTIMENTOS	8.913.573.140,39	8.904.938.806,83	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	7.103.463.591,63	6.498.823.073,21
IMOBILIZADO	20.516.596.619,57	20.608.541.676,40	RESULTADO DIFERIDO	-	-
INTANGÍVEL	239,50	239,50	TOTAL DO PASSIVO	59.498.342.975,00	57.564.934.963,28
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.053.254.379,17	45.375.913.457,50
			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	-	-
			ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	-	-
			RESERVAS DE CAPITAL	-	-
			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-
			RESERVAS DE LUCROS	-	-
			DEMAIS RESERVAS	-	-
			RESULTADOS ACUMULADOS	39.053.254.379,17	45.375.913.457,50
			(-) AÇÕES / COTAS EM TESOUREARIA	-	-
TOTAL	98.551.597.354,17	102.940.848.420,78	TOTAL	98.551.597.354,17	102.940.848.420,78



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Balço Patrimonial do Exercício 2018

em R\$

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964)

Ativo (I)	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo (II)	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO	11.238.452.687,14	9.440.250.122,95	PASSIVO FINANCEIRO	6.286.250.206,01	5.047.041.710,10
ATIVO PERMANENTE	87.313.144.667,03	93.500.598.297,83	PASSIVO PERMANENTE	55.203.079.354,99	54.211.755.142,92
			Saldo Patrimonial (I - II)	37.062.267.793,17	43.682.051.567,76

Quadro das Contas de Compensação (Lei nº 4.320/1964)

Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	2.391.612.655,78	1.893.176.651,86	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	32.469.882.429,28	32.517.359.780,07
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CO	-	-	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS	-	-
DIREITOS CONTRATUAIS	-	-	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	19.085.260.800,11	-
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	17.143.405.169,64	15.425.532.034,42	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.120.697.148,93	579.038.117,98
TOTAL	19.535.017.825,42	17.318.708.686,28	TOTAL	52.675.840.378,32	33.096.397.898,05

Quadro do Superavit / Deficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964)

Fontes de Recursos	Exercício Atual	Exercício Anterior
ORDINÁRIA	658.886.288,75	1.415.022.364,06
VINCULADA	4.293.316.192,38	2.978.186.048,79
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	48.165.379,28	46.793.282,28
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	855.064.074,46	392.625.499,45
TRANSFERÊNCIA ESTADUAIS	182.299.901,48	188.014.327,23
FUNDO CONSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO	195.314.302,55	17.056.600,86
OUTRAS FONTES	326.787.839,72	262.067.648,78
RECEITA CONDICIONADA	-	-
TESOURO MUNICIPAL - RECURSO VINCULADO	2.516.775.296,33	2.071.628.690,19
ALIEAÇÃO DE BENS ATIVOS	189.249,35	-
DEPÓSITOS JUDICIAIS	168.720.149,21	-
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	-	-
TOTAL:	4.952.202.481,13	4.393.208.412,85

Marcelo Pierantozzi Gonçalves
Diretor da Divisão de Contabilidade
CRC1SP194005/O-4

Emerson Onofre Pereira
Diretor do Departamento de Contadoria
CRC1SP240974/O-7

Henrique de Castilho Pinto
Subsecretário do Tesouro Municipal
CPF 222.413.578-55

ANEXO H - Balanço Patrimonial da cidade de São Paulo (2019)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Balanço Patrimonial do Exercício 2019

em R\$

Ativo			Passivo		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	24.943.838.393,69	17.827.971.749,02	PASSIVO CIRCULANTE	9.603.870.647,29	8.408.583.209,72
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12.450.800.226,11	7.354.540.790,08	OBRIGAÇÕES TRAB. PREVIDENCIARIAS E ASSIST A PAGA	1.250.641.781,08	1.609.402.348,94
CRÉDITO A CURTO PRAZO	12.198.884.750,03	10.304.734.271,43	EMPRESÍTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	2.263.265.862,52	2.205.145.044,78
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	-	-	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.838.601.145,02	1.088.008.499,48
ESTOQUES	298.344.412,55	168.898.681,51	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	11.250,00	2.599.878,24
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	-	-	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÕES A OUTROS ENTES	-	-
			PROVISÕES A CURTO PRAZO	-	121.477.159,17
			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.250.350.578,67	3.383.850.279,11
ATIVO NÃO CIRCULANTE	82.901.460.283,79	80.723.625.605,15	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	49.084.198.639,39	51.089.730.765,28
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	54.371.038.148,09	51.293.455.606,69	OBRIGAÇÕES TRAB. PREVIDENCIARIAS E ASSIST A PAGA	13.404.598.079,28	13.347.946.181,15
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	54.371.034.805,63	51.293.452.085,23	EMPRESÍTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	24.979.077.218,75	28.371.084.799,08
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS A LONGO PRAZO	3.540,46	3.540,46	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	2.192.361.983,44	3.595.561.864,30
ESTOQUES	-	-	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	-	58.280.013,72
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	-	-	PROVISÕES A LONGO PRAZO	267.811.001,40	615.423.315,42
INVESTIMENTOS	8.093.453.079,88	8.913.573.140,39	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	8.240.352.358,52	7.103.463.591,63
MOBILIZADO	20.436.986.818,32	20.516.598.619,57	RESULTADO DIFERIDO	-	-
INTANGÍVEL	239,50	239,50			
			TOTAL DO PASSIVO	58.688.069.286,68	59.498.342.975,00
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	49.157.229.390,80	39.053.254.379,17
			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	-	-
			ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	-	-
			RESERVAS DE CAPITAL	-	-
			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-
			RESERVAS DE LUCROS	-	-
			DEMAIS RESERVAS	-	-
			RESULTADOS ACUMULADOS	49.157.229.390,80	39.053.254.379,17
			(-) AÇÕES / COTAS EM TESOUREARIA	-	-
TOTAL	107.845.298.677,48	98.551.597.354,17	TOTAL	107.845.298.677,48	98.551.597.354,17



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Balço Patrimonial do Exercício 2019

em R\$

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964)

Ativo (I)	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo (II)	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO	16.718.650.719,52	11.238.452.887,14	PASSIVO FINANCEIRO	8.148.233.806,32	8.289.250.206,01
ATIVO PERMANENTE	91.128.838.957,96	87.313.144.867,03	PASSIVO PERMANENTE	53.718.104.974,94	55.203.079.354,99
			Saldo Patrimonial (I - II)	45.978.959.836,22	37.662.267.733,17

Quadro das Contas de Compensação (Lei nº 4.320/1964)

Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	3.279.390.216,78	2.391.612.655,78	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	79.931.247,75	32.469.882.429,28
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CO	-	-	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS	-	-
DIREITOS CONTRATUAIS	-	-	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	19.674.035.143,84	19.085.260.800,11
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	21.193.598.370,34	17.143.405.169,64	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.093.513.368,78	1.120.697.148,93
TOTAL	24.472.979.587,12	19.535.017.825,42	TOTAL	20.847.479.760,37	52.675.840.378,32

Quadro do Superavit / Deficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964)

Fontes de Recursos	Exercício Atual	Exercício Anterior
ORDINÁRIA	2.051.046.004,86	658.888.288,75
VINCULADA	5.919.379.908,34	4.293.316.192,38
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	299.243.678,50	48.165.379,28
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	558.093.228,74	855.064.074,46
TRANSFERÊNCIA ESTADUAIS	176.400.850,82	182.299.901,48
FUNDO CONSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO	143.522.979,32	195.314.302,55
OUTRAS FONTES	335.110.327,18	328.787.839,72
RECEITA CONDICIONADA	-	-
TESOURO MUNICIPAL - RECURSO VINCULADO	4.228.102.821,92	2.518.775.298,33
ALENAÇÃO DE BENS ATIVOS	20.663.105,54	189.249,35
DEPÓSITOS JUDICIAIS	160.243.118,32	168.720.149,21
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	-	-
TOTAL:	8.570.425.913,20	4.952.202.481,13

Marcelo Pierantozzi Gonçalves
Diretor da Divisão de Contabilidade
CRC 1SP194005/O-4

Emerson Onofre Pereira
Diretor do Departamento de Contadoria
CRC 1SP240974/O-7

Henrique de Castilho Pinto
Subsecretário do Tesouro Municipal
CPF 222.413.578-55

ANEXO I - Balanço Patrimonial da cidade de São Paulo (2020)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Balanço Patrimonial do Exercício 2020

em R\$

Ativo			Passivo		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	30.732.181.175,51	24.943.838.393,69	PASSIVO CIRCULANTE	10.653.527.565,41	9.603.870.647,29
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17.345.400.142,90	12.450.609.225,11	OBRIGAÇÕES TRAB, PREVIDENCIÁRIAS E ASSIST A PAG	1.666.594.444,91	1.250.641.781,08
CRÉDITO A CURTO PRAZO	13.119.568.528,97	12.196.884.756,03	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	2.177.466.436,11	2.263.265.892,52
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	-	-	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.213.888.002,17	1.839.601.145,02
ESTOQUES	267.212.503,64	296.344.412,55	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	2.648.271,67	11.250,00
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	-	-	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÕES A OUTROS ENTES	-	-
			PROVISÕES A CURTO PRAZO	-	-
			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	5.592.930.410,55	4.250.350.578,67
ATIVO NÃO CIRCULANTE	93.392.852.633,90	82.901.460.283,79	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	49.503.623.663,53	49.084.198.639,39
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	60.094.628.976,38	54.371.038.146,09	OBRIGAÇÕES TRAB, PREVIDENCIÁRIAS E ASSIST A PAG	12.864.663.712,45	13.404.596.079,28
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	60.093.900.091,72	54.371.034.605,63	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	25.538.851.127,79	24.979.077.218,75
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS A LONGO PRAZO	3.540,46	3.540,46	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	2.568.769.898,19	2.192.361.983,44
ESTOQUES	-	-	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	50.978.610,95	-
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	725.344,20	-	PROVISÕES A LONGO PRAZO	209.244.079,56	267.811.001,40
INVESTIMENTOS	7.974.188.181,68	8.093.453.079,88	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	8.271.116.234,59	8.240.352.356,52
IMOBILIZADO	25.324.035.236,34	20.436.968.818,32	RESULTADO DIFERIDO	-	-
INTANGÍVEL	239,50	239,50	TOTAL DO PASSIVO	60.157.151.228,94	58.688.069.286,68
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	63.967.882.580,47	49.157.229.390,80
			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	-	-
			ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	-	-
			RESERVAS DE CAPITAL	-	-
			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-
			RESERVAS DE LUCROS	-	-
			DEMAIS RESERVAS	-	-
			RESULTADOS ACUMULADOS	63.967.882.580,47	49.157.229.390,80
			(-) AÇÕES / COTAS EM TESOURARIA	-	-
TOTAL	124.125.033.809,41	107.845.298.677,48	TOTAL	124.125.033.809,41	107.845.298.677,48



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Balço Patrimonial do Exercício 2020

em R\$

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964)

Ativo (I)	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo (II)	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO	22.158.586.041,73	16.718.659.719,52	PASSIVO FINANCEIRO	10.733.206.009,49	8.148.233.806,32
ATIVO PERMANENTE	101.966.447.767,68	91.126.638.957,96	PASSIVO PERMANENTE	54.327.665.866,56	53.718.104.974,94
			Saldo Patrimonial (I - II)	59.064.161.933,36	45.978.959.896,22

Quadro das Contas de Compensação (Lei nº 4.320/1964)

Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	3.449.072.417,40	3.279.380.216,78	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	103.053.741,33	79.931.247,75
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS	-	-	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS	-	-
DIREITOS CONTRATUAIS	-	-	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	19.206.517.434,75	19.674.035.143,84
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	29.576.145,55	21.193.599.370,34	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.137.169.089,52	1.093.513.368,78
TOTAL	3.478.648.562,95	24.472.979.587,12	TOTAL	20.446.740.265,60	20.847.479.760,37

Quadro do Superavit / Deficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964)

Fontes de Recursos	Exercício Atual	Exercício Anterior
ORDINÁRIA	5.220.438.208,09	2.651.046.004,86
VINCULADA	6.204.941.824,15	5.919.379.908,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	203.798.897,56	299.243.678,50
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	607.771.878,68	558.093.226,74
TRANSFERÊNCIA ESTADUAIS	173.483.225,80	176.400.850,82
FUNDO CONSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO	102.425.291,30	143.522.979,32
OUTRAS FONTES	387.946.723,45	335.110.327,18
RECEITA CONDICIONADA	-	-
TESOURO MUNICIPAL - RECURSO VINCULADO	4.523.556.775,09	4.226.102.621,92
ALIENAÇÃO DE BENS ATIVOS	61.134.051,49	20.663.105,54
DEPÓSITOS JUDICIAIS	34.966.453,67	160.243.118,32
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS - CUSTEIO COVID FUNDO A FUNDO - SERV. PÚB. DE SAÚDE	103.919.427,09	-
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS - INVEST. COVID FUNDO A FUNDO - SERV. PÚB. DE SAÚDE	3.375.769,00	-
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS - CONVÊNIO/CONTRATOS COVID VINCULADOS À SAÚDE	-	-
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS - LC 173/2020, ART. 5º, I	2.583.331,02	-
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	-	-
TOTAL:	11.425.380.032,24	8.570.425.913,20

Marcelo Pierantozzi Gonçalves
Diretor da Divisão de Contabilidade
CRC1SP194005/O-4

Emerson Onofre Pereira
Diretor do Departamento de Contadoria
CRC1SP240974/O-7

Henrique de Castilho Pinto
Subsecretário do Tesouro Municipal
CPF 222.413.578-55

ANEXO J – Demonstração das Variações Patrimoniais de São Paulo (2018)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Demonstrações das Variações Patrimoniais do Exercício 2018

em R\$

VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	80.008.579.496,44	74.920.857.244,20
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	28.262.731.688,59	25.586.008.118,00
IMPOSTOS	27.970.652.541,23	25.254.523.982,16
TAXAS	292.079.147,36	331.484.135,84
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	-
CONTRIBUIÇÕES	501.670.743,95	475.232.057,51
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	-	-
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	-	-
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	501.670.743,95	475.232.057,51
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	-	-
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	266.840.799,13	532.218.198,41
VENDA DE MERCADORIAS	-	-
VENDA DE PRODUTOS	-	-
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	266.840.799,13	532.218.198,41
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	14.725.104.116,22	13.589.836.734,96
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	-	-
JUROS E ENCARGOS DE MORA	10.612.462.631,16	12.653.989.922,96
VARIÁÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAS	3.455.781.412,88	189.677.088,06
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	-	-
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	485.549.238,26	743.215.245,74
OUTRAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	171.310.833,92	2.954.478,20
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	17.936.198.568,88	16.671.918.631,25
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	14.711.532,38	12.734.053,46
TRANSFERÊNCIAS INTERGVERNAMENTAIS	17.836.068.400,44	16.584.840.790,35
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	38.606.386,77	153.027,67
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	1.700,00	-
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	-	35.333,12
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	14.999.229,67	74.155.426,65
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	31.811.319,62	-
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	4.200.999.226,43	2.939.589.953,98
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	-	-
GANHOS COM ALIENAÇÃO	-	-
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	12.621.014,50	80.580.471,46
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	4.188.378.211,93	2.859.009.482,52
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL	-	-
OUTRAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	14.115.034.353,24	15.126.053.550,09
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	116.383.707,69	127.805.028,24
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	118.252.791,49	44.365.392,04
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	162.575.574,72	621.577.624,32
DIVERSAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	13.717.822.279,34	14.332.305.505,49
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	92.399.322.054,67	69.464.423.848,17
PESSOAL E ENCARGOS	15.986.573.737,47	13.899.723.693,31
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	13.316.188.298,01	11.339.263.277,65
ENCARGOS PATRONAIS	1.880.571.443,66	1.830.170.685,50
BENEFÍCIOS A PESSOAL	785.927.887,13	725.842.317,80
OUTRAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	3.886.108,67	4.447.412,36
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	6.110.604,82	188.224.724,14
APOSENTADORIAS E REFORMAS	-	-
PENSÕES	-	-
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	-	-
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	-	-
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	499.881,15	184.337.385,97
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	5.610.723,67	3.887.338,17
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	8.311.561.509,77	11.149.010.318,32
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.049.648.175,77	1.054.224.584,04
SERVIÇOS	7.225.985.638,87	10.075.208.195,14
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	35.927.695,13	19.577.539,14
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	4.527.806.091,67	3.373.018.122,05
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	1.187.672.293,37	1.240.569.499,49
JUROS E ENCARGOS DE MORA	436.395,90	248.903,23
VARIÁÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAS	3.339.697.402,40	2.132.199.719,33
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	-	-
OUTRAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	-	-
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	23.948.706.137,51	19.571.466.252,36
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	10.162.358.369,60	9.651.130.415,50
TRANSFERÊNCIAS INTERGVERNAMENTAIS	5.485.500.092,94	5.000.082.167,19
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	8.300.762.334,35	4.920.170.272,47
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	-	-
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	-	-



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Demonstrações das Variações Patrimoniais do Exercício 2018

em R\$

VARIações PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	85.340,62	83.397,20
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	-	-
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	-	-
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	30.954.762.646,61	13.145.942.741,04
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	26.166.307.199,68	4.879.513.032,00
PERDAS COM ALIENAÇÃO	-	-
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	20.786.290,92	24.350.701,96
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	-	1.769.950.023,63
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	4.767.669.156,01	6.472.128.983,45
TRIBUTÁRIAS	470.841.589,00	464.959.505,65
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	11.250,00	28.307,12
CONTRIBUIÇÕES	470.830.339,00	464.931.198,53
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	-	-
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS	-	-
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS	-	-
CUSTO DE SERVIÇOS PRESTADOS	-	-
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	8.192.959.737,82	7.672.078.491,30
PREMIAÇÕES	10.203.897,60	6.177.961,82
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	19.767.187,36	43.221.086,30
INCENTIVOS	167.668.685,44	-
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	-	-
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	-	-
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	-	16.571.327,16
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	7.995.319.967,42	7.606.108.116,02
Resultado Patrimonial do Período	(12.390.742.558,23)	5.456.433.396,03

Marcelo Pierantozzi Gonçalves
Diretor da Divisão de Contabilidade
CRC1SP194005/O-4

Emerson Onofre Pereira
Diretor do Departamento de Contadoria
CRC1SP240974/O-7

Henrique de Castilho Pinto
Subsecretário do Tesouro Municipal
CPF 222.413.578-55

ANEXO L - Demonstração das Variações Patrimoniais de São Paulo (2019)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Demonstrações das Variações Patrimoniais do Exercício 2019

em R\$

VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	76.404.274.571,03	80.008.579.496,44
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	36.349.184.600,14	28.262.731.688,59
IMPOSTOS	35.799.987.455,48	27.970.662.541,23
TAXAS	549.197.144,68	292.079.147,36
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	-
CONTRIBUIÇÕES	636.861.156,43	501.670.743,95
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	-	-
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	-	-
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	636.861.156,43	501.670.743,95
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	-	-
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	517.586.491,62	266.840.799,13
VENDA DE MERCADORIAS	-	-
VENDA DE PRODUTOS	-	-
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	517.586.491,62	266.840.799,13
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	12.814.835.743,22	14.725.104.116,22
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	-	-
JUROS E ENCARGOS DE MORA	11.827.058.370,56	10.612.462.831,16
VARIÁÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	6.513,21	3.455.781.412,88
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	-	-
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	767.212.028,44	485.549.238,26
OUTRAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	220.558.831,01	171.310.533,92
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	19.200.999.202,60	17.396.198.568,88
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	39.793.867,59	14.711.532,38
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.097.999.473,93	17.836.068.400,44
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	5.970.986,93	38.606.386,77
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	-	1.700,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	20.100,00	-
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	19.808.894,75	14.999.229,67
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	37.405.879,40	31.811.319,62
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.600.640.850,40	4.200.999.226,43
REAVALIÇÃO DE ATIVOS	-	-
GANHOS COM ALIENAÇÃO	1.031.677.897,11	-
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	27.604.722,47	12.621.014,50
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	541.322.230,82	4.188.378.211,93
REVERSAO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL	-	-
OUTRAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	5.284.202.526,62	14.115.034.353,24
VARIÁÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	136.522.270,52	116.363.707,69
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	117.440.598,13	115.252.791,49
REVERSAO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	386.840.367,68	162.675.574,72
DIVERSAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	4.683.399.239,29	13.717.822.279,34
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	66.643.522.098,18	92.399.322.054,67
PESSOAL E ENCARGOS	14.981.699.684,98	15.986.573.737,47
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	11.847.466.967,23	13.316.168.298,01
ENCARGOS PATRONAIS	2.388.696.238,78	1.860.571.443,66
BENEFÍCIOS A PESSOAL	781.645.014,04	785.927.887,13
OUTRAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	3.891.454,93	3.898.108,67
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	6.404.641,68	6.110.604,82
APOSENTADORIAS E REFORMAS	-	-
PENSÕES	-	-
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	-	-
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	-	-
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	494.154,02	499.881,15
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	5.910.487,66	5.610.723,67
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	10.952.452.202,16	8.311.561.509,77
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.181.414.290,05	1.049.648.175,77
SERVIÇOS	9.713.842.397,30	7.225.985.638,87
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	97.195.514,81	35.927.695,13
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	3.429.563.654,98	4.527.896.991,67
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	1.147.117.993,67	1.167.672.293,37
JUROS E ENCARGOS DE MORA	56.734,70	438.305,90
VARIÁÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	2.282.378.928,61	3.339.607.402,40
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	-	-
OUTRAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	-	-
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	25.231.912.467,72	23.948.706.137,51
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	10.553.807.853,78	10.162.358.369,60
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.230.943.100,95	5.485.500.082,94
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	9.447.243.782,10	8.300.762.334,35
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	-	-
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	-	-

SOF - 22/01/2020 - 13:10:35

1/2

[SCT027R3]E



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Demonstrações das Variações Patrimoniais do Exercício 2019

em R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	98.400,86	85.340,82
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	-	-
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	21.330,03	-
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	10.532.421.678,20	30.954.762.646,61
REAVLIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	6.986.087.324,77	26.168.307.199,68
PERDAS COM ALIENAÇÃO	-	-
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	73.458.842,86	20.788.290,92
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2.727.796,74	-
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	3.470.170.713,83	4.767.669.156,01
TRIBUTÁRIAS	521.094.859,92	470.841.589,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	834.738,34	11.250,00
CONTRIBUIÇÕES	520.260.121,58	470.830.339,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	-	-
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS	-	-
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS	-	-
CUSTO DE SERVIÇOS PRESTADOS	-	-
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	987.982.908,54	8.192.959.737,82
PREMIAÇÕES	4.338.403,85	10.203.807,60
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	308.986.268,12	19.767.187,36
INCENTIVOS	164.173.732,70	167.688.685,44
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	-	-
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	-	-
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	-	-
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	510.484.503,87	7.995.319.967,42
Resultado Patrimonial do Período	9.760.752.472,85	(12.390.742.558,23)

Marcelo Pierantozzi Gonçalves
Diretor da Divisão de Contabilidade
CRC1SP194005/O-4

Emerson Onofre Pereira
Diretor do Departamento de Contadoria
CRC1SP240974/O-7

Henrique de Castilho Pinto
Subsecretário do Tesouro Municipal
CPF 222.413.578-55

ANEXO M - Demonstração das Variações Patrimoniais de São Paulo (2020)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Demonstrações das Variações Patrimoniais do Exercício 2020

em R\$

VARIações PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	82.106.283.025,78	76.404.274.571,03
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	37.672.958.759,95	36.349.184.600,14
IMPOSTOS	37.066.948.010,39	35.799.987.455,46
TAXAS	606.010.749,56	549.197.144,68
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	-
CONTRIBUIÇÕES	586.769.581,90	636.861.156,43
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	-	-
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	-	-
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	586.769.581,90	636.861.156,43
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	-	-
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	1.933.500.325,88	517.586.491,62
VENDA DE MERCADORIAS	-	-
VENDA DE PRODUTOS	-	-
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.933.500.325,88	517.586.491,62
VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	15.096.032.618,74	12.814.835.743,22
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	-	-
JUROS E ENCARGOS DE MORA	10.986.031.527,26	11.827.058.370,56
VARIações MONETÁRIAS E CAMBIAIS	3.475.793.359,37	6.513,21
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	-	-
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	500.498.054,88	767.212.028,44
OUTRAS VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	133.709.677,23	220.558.831,01
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	22.032.441.893,29	19.200.999.202,60
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	80.968.057,68	39.793.867,59
TRANSFERÊNCIAS INTERGVERNAMENTAIS	21.605.672.152,82	19.097.999.473,93
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	43.254.160,93	5.970.986,93
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGVERNAMENTAIS	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS	-	-
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	-	20.100,00
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	43.302.756,54	19.808.894,75
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	259.244.765,32	37.405.879,40
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	360.401.960,85	1.600.604.850,40
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	-	-
GANHOS COM ALIENAÇÃO	14.351.735,13	1.031.677.897,11
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	8.206.408,25	27.604.722,47
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	337.843.817,47	541.322.230,82
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL	-	-
OUTRAS VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	4.424.177.885,17	5.284.202.526,62
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	-	136.522.276,52
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	189.501.203,50	117.440.566,13
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	1.294.499.272,17	366.840.387,68
DIVERSAS VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.940.177.409,50	4.663.399.296,29
VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	72.282.052.879,50	66.643.522.098,18
PESSOAL E ENCARGOS	14.718.210.786,57	14.981.699.684,98
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	11.515.749.830,75	11.847.466.987,23
ENCARGOS PATRONAIS	2.447.647.505,70	2.368.696.228,78
BENEFÍCIOS A PESSOAL	753.089.318,21	761.645.014,04
OUTRAS VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	1.724.131,91	3.891.454,93
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	391.348.115,63	6.404.641,68
APOSENTADORIAS E REFORMAS	-	-
PENSÕES	-	-
BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	-	-
BENEFÍCIOS EVENTUAIS	385.421.400,00	-
POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	182.716,36	494.154,02
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	5.743.999,27	5.910.487,66
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	11.693.136.252,51	10.952.452.202,16
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.110.276.640,68	1.181.414.290,05
SERVIÇOS	10.488.765.787,70	9.713.842.397,30
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	94.093.824,13	57.195.514,81
VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	2.440.255.484,31	3.429.553.654,98
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	325.150.036,76	1.147.117.993,67
JUROS E ENCARGOS DE MORA	8.555.553,13	56.734,70
VARIações MONETÁRIAS E CAMBIAIS	2.106.546.403,98	2.282.378.926,61
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	-	-
OUTRAS VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	3.490,44	-
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	28.416.942.278,64	25.231.912.467,72
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	11.041.870.168,00	10.553.607.853,78
TRANSFERÊNCIAS INTERGVERNAMENTAIS	5.578.117.209,94	5.230.943.100,95
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	11.796.602.715,14	9.447.243.782,10
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGVERNAMENTAIS	-	-



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Demonstrações das Variações Patrimoniais do Exercício 2020

em R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	-	-
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	337.368,39	96.400,86
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	-	-
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	14.817,17	21.330,03
DEVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	13.492.238.016,45	10.532.421.678,20
REAValiação, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	6.699.707.055,42	6.986.067.324,77
PERDAS COM ALIENAÇÃO	-	-
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	3.977.954,52	73.455.842,86
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	649.696,79	2.727.796,74
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	6.787.903.309,72	3.470.170.713,83
TRIBUTÁRIAS	576.341.815,81	521.094.859,92
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	8.460.169,09	834.738,34
CONTRIBUIÇÕES	567.881.646,72	520.260.121,58
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	-	-
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS	-	-
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS	-	-
CUSTO DE SERVIÇOS PRESTADOS	-	-
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	553.580.129,58	987.982.908,54
PREMIAÇÕES	85.309.594,27	4.338.403,85
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	38.318.913,11	308.986.268,12
INCENTIVOS	147.444.317,23	164.173.732,70
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	-	-
PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	-	-
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	-	-
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	282.507.304,97	510.484.503,87
Resultado Patrimonial do Período	9.824.230.146,28	9.760.752.472,85

Marcelo Pierantozzi Gonçalves
Diretor da Divisão de Contabilidade
CRC1SP194005/O-4

Emerson Onofre Pereira
Diretor do Departamento de Contadoria
CRC1SP240974/O-7

Henrique de Castilho Pinto
Subsecretário do Tesouro Municipal
CPF 222.413.578-55